

Antropologia aplicada ou “antropologia implicada”? Etnografia, minorias e desenvolvimento^{1,2}

Bruce Albert

Directeur de Recherche honoraire/Institut de Recherche pour le Développement - IRD
brucesergealbert@gmail.com

A noção de “antropologia aplicada” detém uma má reputação entre os antropólogos franceses, especialmente entre os que trabalham com povos minoritários³. Na França, a bibliografia sobre o tema se limita à obra de Roger Bastide (1971), que discute, principalmente, teses de autores americanos e latino-americanos. Portanto, procurarei, em primeiro lugar, identificar os contextos históricos e políticos dessa relutância que, em sua maior parte, remetem à gênese inglesa e americana da *applied anthropology*⁴ dos anos 1930 a 1940. Este contraponto anglo-saxão me permitirá, então, seguir com um breve panorama histórico da abordagem francesa no que toca à intervenção antropológica em situações minoritárias.

- 1 Este artigo foi originalmente publicado como: ALBERT, Bruce. 1995. “Anthropologie appliquée’ ou ‘anthropologie impliquée’? Ethnographie, minorités et développement”. In: J.F. Baré (ed.) *Les applications de l’anthropologie. Un essai de réflexion à partir de la France*. Paris: Karthala. p. 87-118. Sua tradução e reprodução pela R@U foi formalmente autorizada pelo próprio autor, a quem agradecemos. Esta tradução não tem uso comercial e não pode ser reproduzida sem permissão (Nota dos Tradutores, doravante N.T.).
- 2 Gostaria de agradecer a J-F. Baré, D. Buchillet, A. Quesnel e B. Schlemmer (*Office de la recherche scientifique et technique outre-mer* (ORSTOM) bem como a P. Menget e P. Erikson (Paris X-Nanterre) pela leitura crítica de uma versão anterior deste artigo. Discussões amigáveis com C. Geffray e P. Hamelin (ORSTOM) também contribuíram com vários aspectos da minha reflexão. Eu continuo, é claro, o único responsável pelas limitações deste trabalho.
- 3 Veja a entrada “antropologia aplicada” no *Dictionnaire des sciences humaines* de Gresle et al. (1990: 21) que retoma Panoff & Perrin (1973: 23). Essa desconfiança (justificada) em relação à antropologia aplicada “tradicional” cedeu lugar, nos últimos anos, a um início de reflexão sobre novas formas de aplicação antropológica (Guille-Escuret 1990). A expressão “antropologia aplicada” até parece conhecer um caminho de reabilitação (Belloncle 1993).
- 4 Optou-se por manter as expressões e citações originais em inglês destacadas pelo autor. Termos e expressões importantes serão mencionados em frases traduzidas nas notas do tradutor (N.T.).

Em seguida, passarei ao quadro global em que este problema se coloca atualmente: o do debate mundial sobre as relações entre “povos autóctones”⁵ e desenvolvimento, um debate aberto desde o final da década de 1960 pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs) formadas por esses “povos autóctones” e por associações que apoiam suas reivindicações identitárias e territoriais. Por fim, rejeitando a oposição tanto convencional quanto inconsistente entre antropologia fundamental e “pesquisa aplicada”⁶, terminarei este texto evocando as consequências heurísticas de uma possível interdependência, dentro da antropologia das minorias, entre a pesquisa científica e a implicação social.

Gênese da Antropologia Aplicada Anglo-Saxônica

*Grã-Bretanha: a cena colonial inicial*⁷

Na Inglaterra, embora relações pontuais ou informais entre administração das colônias e antropologia acadêmica tenham existido, pelo menos desde a virada do século, a antropologia aplicada profissional ascendeu apenas na década de 1930, em paralelo com o empoderamento do funcionalismo e sua banalização conceitual da situação colonial em termos de “contato” e “mudança cultural”. Esses anos marcaram uma virada na política colonial do Império Britânico que passou a intensificar o desenvolvimento econômico e administrativo de suas colônias, principalmente na África. Assiste-se, então, ao fortalecimento ou à criação de institutos de pesquisas coloniais, dispendo de bolsas de pesquisa etnográfica, como o *International Institute of African Languages* (1926) e o *Rhodes-Livingstone Institute* (1938). A antropologia funcionalista, especialmente malinowskiana⁸, encontra neles um campo propício à sua vontade de se estabelecer enquanto conhecimento

5 Para uma definição oficial dessa noção, que aqui retomamos, sem ignorar suas ambiguidades, tanto por conveniência como por ter a aprovação das organizações indígenas representadas nas Nações Unidas, ver Daes (1993); na maioria das vezes, designa uma nebulosa mundial de povos minoritários de caçadores-coletores, caçadores (ou pescadores)-horticultores e pastores nômades.

6 Um termo usado, na antropologia atual, para significar “pesquisa encomendada”, “pesquisa finalizada”, “aplicação antropológica” ou às vezes até “pesquisa sobre mudança social e desenvolvimento”. É difícil conceber em que medida a antropologia dita aplicada poderia designar um ramo disciplinar específico. Sobre a inanidade da oposição fundamental/aplicada em antropologia, ver Izard (1982: 125): “A especificidade da abordagem antropológica reside menos na natureza do seu objeto [...] do que no método implementado para estudá-lo. Não se pode, portanto, distinguir entre antropologia ‘fundamental’ e antropologia ‘finalizada’ ou ‘aplicada’. A antropologia é uma disciplina da pesquisa fundamental e que só pode intervir enquanto tal, inclusive em contextos que implicam pesquisas encomendadas, a menos que se pretenda fazer do antropólogo um técnico do social e, portanto, suprimir a antropologia como ciência”.

7 Para este breve resumo da antropologia aplicada colonial britânica, recorri em particular a Forde (1953), Kuper (1973: cap. IV) e Leclerc (1972: parte 2).

8 Radcliffe-Brown permanecerá mais reticente, por razões científicas, diante das relações entre antropologia e administração colonial (cf. Guiart 1992: 51). Ele não deixou, no entanto, de aderir às declarações programáticas habituais sobre a antropologia aplicada (1930: 3; citado por Evans-Pritchard 1969 [1951]: 145).

científico com pretensão prática e fonte decisiva de financiamento para o desenvolvimento de estudos de campo de uma nova geração de antropólogos.

O investimento britânico nas ciências sociais coloniais será ainda ampliado a partir da Segunda Guerra Mundial, com a criação do *British Colonial Development and Welfare Fund*, que disponibilizará recursos significativos para pesquisas antropológicas⁹; depois, a fundação do *Colonial Social Science Council Research* (inicialmente liderado por Firth) também abastecerá essas pesquisas. O financiamento governamental da antropologia aplicada na África teve, portanto, dos anos 1930 aos anos 1950, um efeito absolutamente decisivo no desenvolvimento da antropologia britânica clássica.

Essa associação entre administração colonial e antropologia universitária não se construiu de forma inequívoca, resultando na constituição de um corpo de antropólogos que se opuseram à ideia de pesquisa estritamente encomendada e que preferiram defender a aplicação indireta de suas pesquisas. Devemos a eles, como todos sabem, muitos dos clássicos da antropologia, notadamente os trabalhos de Evans-Pritchard, Forde, Fortes, Gluckman, Nadel, Seligman e Schapera. Os estudos que eles tiveram de fazer sobre temas efetivamente impostos serão, de fato, bastante limitados (leis tradicionais, autoridade política, posse de terra, migração de mão de obra, economia doméstica). Isso não significa, é claro, que as suas pesquisas fundamentais sobre sistemas políticos ou sobre mudanças socioeconômicas sejam completamente alheias às necessidades etnográficas do *Colonial Office*¹⁰.

Dos anos 1930 ao início dos anos 1950, não faltaram divergências entre antropólogos e administradores britânicos sobre os respectivos papéis de suas especialidades, nem debates entre antropólogos sobre a vocação prática de seus conhecimentos. A formulação dessas divergências, no entanto, nunca saiu da perspectiva colonial (Forde 1953: 858-61). A posição minimalista de Evans-Pritchard é exemplar a este respeito, uma vez que ele não acreditava no uso direto dos estudos antropológicos e defendia sua independência científica, sem nunca questionar a necessidade de administrar e educar os “povos primitivos” sob a tutela do *Colonial Office* (mas “por intermédio de seus chefes”), nem a ideia de que o conhecimento dos antropólogos pudesse contribuir, de forma neutra, para tal política (1969 [1951]: cap. 6)¹¹.

9 Entre outras coisas, permitirá a criação, em 1950, do *East African Institute of Social Research* em Makerere (dirigido por Richards) e do *West African Institute of Social and Economic Research* em Ibadan, bem como o financiamento de programas importantes do *Rhodes-Livingstone Institute* (chefiado por Gluckman) e do *Institute of African Languages and Cultures* (chefiado por Forde).

10 Forde (1953) dá uma imagem precisa do *continuum* entre os trabalhos fundamentais e encomendados da época, bem como de suas condições institucionais comuns de produção.

11 Texto de uma conferência proferida em Oxford em novembro de 1945. Suas pesquisas de campo foram, como se sabe, encomendadas pelo governo do Sudão anglo-egípcio.

A administração colonial indireta foi, além disso, um princípio apoiado por todos os principais antropólogos britânicos durante este período (Fortes e Evans-Pritchard 1964 [1948]: 1). Ao lhe atribuir virtudes contraditórias, primeiro protetoras (evitando a desestruturação do contato), depois integradoras (promovendo uma mudança equilibrada), conferem-lhe uma legitimação científica (a teorização do “contato” e da “mudança cultural”) e, assim, contribuem, direta ou indiretamente, para sua implementação política (a “antropologia aplicada”). Encontra-se, em Malinowski (1970), a teorização mais militante dessas relações entre funcionalismo, *practical anthropology*, e “política colonial construtiva” (cap. I, IV, XII)¹². Lucy Mair permanecerá a única grande sucessora desta tradição na *London School of Economics*, onde será a primeira *lecturer* e depois *reader* em *colonial administration* (1932-1938, 1946-1956), ensinamento esse pudicamente rebatizado de *applied anthropology* a partir de 1956 e que ela oferecerá até 1968. Seus escritos incorporam uma espécie de continuidade voluntarista e bem-intencionada (“to help those who are trying to make things better to avoid making them worse”)¹³, entre a antropologia aplicada ao *development under indirect rule* (1936: cap. I e VII) e ao desenvolvimento pós-colonial (1957: cap. I, 1972 [1965]: cap. 16, 1984: cap. 1). A aplicação antropológica inglesa (hoje *anthropology in policy and practice*) só terá algum renascimento a partir da década de 1980, quando rompe com essa herança colonial em um ambiente universitário geralmente hostil e em condições institucionais precárias (Brokensha 1986).

Estados Unidos: relativismo cultural e reservas indígenas

Longe das preocupações sociológicas da antropologia britânica, a antropologia dos anos 1930 e 1940 nos Estados Unidos foi dominada pelos alunos de Boas, partidários de uma antropologia culturalista, cuja dimensão psicologizante culmina na escola de “Cultura e Personalidade”. A perspectiva crítica dessa corrente, sistematizada por Herskovits (1967), leva, em nome do “relativismo cultural”, a um questionamento do colonialismo europeu na África. Herskovits, pioneiro do africanismo (e do afro-americanismo) americano, se envolve em uma polêmica contra o *indirect rule*, contrapondo-lhe a ideia de *education for self-government* (1944)¹⁴. Poucos anos depois, ele será o redator de uma declaração culturalista dos direitos humanos, na forma de um manifesto anticolonial, que a *American*

12 Os manuscritos com base nos quais essa obra foi editada datam essencialmente do período do seminário de Malinowski em Yale (1941).

13 N.T. “Para ajudar aqueles que estão tentando fazer o melhor, evitando que o pior aconteça”.

14 Controvérsia com M. Perham, discípulo de Lord Lugard, governador da Nigéria e ideólogo do *indirect rule*. Sobre a crítica culturalista americana ao colonialismo britânico e ao papel de Herskovits, ver Leclerc (1972: 152-163).

Anthropological Association (AAA) submeteu à ONU¹⁵.

A antropologia americana se desenvolveu desde meados do século XIX a partir de estudos de sociedades autóctones colonizadas (Morgan e os Iroqueses do estado de Nova York, Boas e os índios da costa noroeste, Lowie e os índios das planícies, Kroeber e os índios da Califórnia). A primeira iniciativa de aplicação antropológica governamental nos Estados Unidos¹⁶ foi a fundação, no final da guerra da conquista (Custer morre em Little Big Horn em 1876), do *Bureau of American Ethnology* no *Smithsonian Institution* (1879), destinado a realizar estudos etnográficos para a administração dos assuntos indígenas, que passa do Ministério da Guerra ao do Interior em 1843 (estudos que, como se sabe, se libertaram totalmente deste objetivo).

Ali, houve portanto, como no Império da Coroa Britânica da África, o estabelecimento de uma política de exploração etnográfica sobre povos conquistados e colocados sob tutela. Mas a escola culturalista americana, apesar de seu ardor relativista, terá mais dificuldades em pensar a história colonial das reservas indígenas e em desvencilhar-se desse horizonte de incompreensão (Herskovits 1936: 221-22). Como se a independência conquistada pelos colonos americanos em relação a sua metrópole adquirisse efeito simbólico de descolonização, obliterando, inclusive na mente dos antropólogos, a sujeição dos verdadeiramente colonizados¹⁷. Nos Estados Unidos, foi preciso esperar os anos 1960, para que o conceito de colonialismo interno fosse aplicado às reservas indígenas (Kushner, 1988: 28), e 1975, para que fosse promulgada o *Indian Self-Determination Act*.

As limitações teóricas e políticas das teses culturalistas sobre a “aculturação” (vazio genérico, unilateralidade, falsa neutralidade)¹⁸ remetem a este ponto cego que dificilmente se distingue, enquanto tal, da ocultação colonial do “contato cultural” (sustentada, é verdade, por outros desafios econômicos e geopolíticos) pela teoria funcionalista. A formação histórica do sistema de reservas foi, portanto, colocada entre parênteses, enquanto seu impacto nas sociedades indígenas era traduzido em termos psicológicos e referidos aos caprichos de um processo universal de “mudança cultural”. Por sua reificação psicologizante dos sistemas de valores e representações, a antropologia

15 Esta “Declaração sobre Direitos Humanos” foi publicada em 1947 na *American Anthropologist*, 49 (4): 539-43; ver Bidney (1962: VII).

16 Isso foi seguido na virada do século (1906-1910) por estudos etnográficos para o *Jenks Home Office* nas Filipinas (Kennard & MacGregor, 1953).

17 A julgar pelos debates ainda suscitados nos Estados Unidos sobre a restituição da história da colonização do ponto de vista indígena e o questionamento do “colonialismo historiográfico” da história oficial (Martin 1987). Uma forma particularmente exacerbada desse fenômeno de “negação colonial” é praticada no Brasil (Geffray 1994: cap. 13).

18 Ver Herskovits (1938). Sobre a gênese dessa noção, ver Beals (1962) e, para um balanço crítico, Baré (1991).

culturalista neutralizava, assim, tanto a apreensão dos mecanismos sociais e políticos em que esses sistemas estavam inscritos, quanto a análise dos processos que precipitavam sua desintegração. O horizonte do seu relativismo reduziu-se, desse modo, à contraditória hipótese de uma diferença cultural respeitada em função de sua sujeição aos quadros político-econômicos e às figuras simbólicas impostas pela colonização, um horizonte de tutela benevolente e de aculturação deliberada¹⁹.

Foi sobre esses alicerces, pavimentados com boas intenções que, nos anos 1930-1940, nasceu a primeira tentativa moderna de aplicação antropológica governamental nos Estados Unidos²⁰: o cruzamento paradoxal entre a antropologia culturalista e a política indigenista do *Bureau of Indian Affairs* (BIA)²¹. As críticas condições de vida dos povos indígenas (que perderam dois terços de suas terras após a *General Allotment Act* de 1887) e o descuido do BIA (denunciado pelo Relatório Meriam de 1928) impuseram, no início da década de 1930, a implementação de uma nova política indigenista. Era o *Indian New Deal*, organizado por J. Collier, nomeado chefe do BIA por Roosevelt em 1932, permanecendo lá até 1945. Essa política de aculturação iluminada foi estabelecida pelo *Indian Reorganization Act* de 1934 que, em oposição à política anterior de assimilação forçada, defende uma espécie de avatar administrativo da contradição culturalista: um “direito à diferença” (a autonomia das reservas) de acordo com os padrões do modelo político-econômico liberal dominante (conselhos tribais eleitos por sufrágio universal, projetos econômicos, assistência técnica e concessão de linhas de crédito).

Durante este período, o BIA fez amplo uso de antropólogos para apoiar a implementação de suas reformas (elaboração de “constituições tribais” e programas de desenvolvimento agrícola, estabelecimento de projetos educacionais, pesquisas em psicologia sobre “choque cultural” e sobre a adaptação socioeconômica de índios urbanizados, entre outros). Essa intervenção antropológica, muitas vezes sujeita a pressões integrativas da administração, foi efetiva até o final da Segunda Guerra Mundial. Seu auge será marcado pelo programa de pesquisa etnopsicológica sobre a aculturação e a política indígena do BIA desenvolvida de 1941 a 1946 entre as comunidades indígenas do

19 Ver Bastide (1971: 19-23) sobre o “dilema do relativismo cultural”.

20 Mas este não foi o único: o Departamento de Agricultura do New Deal também desenvolveu uma importante colaboração com antropólogos (às vezes, aliás, em colaboração com o *Bureau of Indian Affairs*, BIA, como era o caso na reserva Navajo).

21 *Applied Anthropology unit* (1934-1938) sobre as “constituições tribais”, *Technical Cooperation unit* (1937-1940) sobre os projetos agrícolas e as questões econômicas, *Education division* onde, finalmente, a contribuição dos antropólogos será a mais duradoura e extensa (programas escolares e material didático, pesquisa em educação e adaptação pós-escolar, pesquisas etnopsicológicas sobre aculturação e estudos antropológicos para outros setores da BIA: posse da terra, organização social, trabalhadores indígenas...). Detalhes deste período da antropologia aplicada americana podem ser encontrados em Kennard & MacGregor (1953), Spicer (1977) e Voget, (1975: 467-68, 724-25, 772-777).

Sudoeste, primeiro com o *Committee on Human Development* da Universidade de Chicago e depois, a partir de 1944, com a *Society of Applied Anthropology (Indian Personality and Administration Research)*.

A tentativa de institucionalizar a antropologia aplicada culturalista, liderada por Collier por mais de uma década, finalizou com seu mandato em 1945. Terminou em fracasso por sua ambiguidade, vendo-se, ao mesmo tempo, paralisada pela resistência das comunidades indígenas e pela hostilidade dos congressistas conservadores. O *Indian New Deal* será, então, substituído por uma política de aceleração da integração dos índios com a suspensão da legislação federal que protegia seus territórios²². No entanto, para os antropólogos americanos, foi uma das grandes experiências fundadoras da intervenção social que levou à formação da *Society for Applied Anthropology* (SFAA) em 1941. Contribuiu, assim, para moldar uma fórmula de aplicação antropológica governamental²³, a qual se desdobrará em benefício da administração militar durante a Segunda Guerra Mundial²⁴ e cuja ambiguidade política só entrará em crise tardiamente²⁵: no caso, a crise dos anos 1960 com relação à pesquisa financiada pelo exército na América Latina e no Sudeste Asiático, e aos debates das décadas de 1970 e 1980 sobre uma antropologia a serviço do modelo de desenvolvimento da *United States Agency for International Development* (USAID)²⁶.

22 O mérito essencial do *Indian New Deal* foi promover a regularização das terras indígenas e moderar por uma década o zelo assimilador dos políticos. Deve-se também lhe creditar avanços no plano cultural (educação, artes indígenas) e a criação da *Indian Claims Commission* (1946) para lidar com as queixas indígenas contra o governo, uma instituição no âmbito da qual os antropólogos terão um papel de especialistas muito importante (Rosen 1977).

23 Ressalta-se, entretanto, na década de 1950, a existência de experimentos de aplicação antropológica independentes, como o Projeto Fox de S. Tax e sua *action anthropology* (1952, 1958, 1975), que se distanciam tanto da antropologia “acadêmica” como da antropologia aplicada “tradicional”, anunciando as iniciativas não governamentais dos anos 1970-1980 (Polgar 1979; Rubinstein 1986, 1987; Wright 1988: 370-71).

24 Incluindo a *War Relocation Authority* encarregada dos campos de deportados nipo-americanos durante a Segunda Guerra Mundial. Dois desses campos estiveram, inclusive, localizados em reservas indígenas, sendo um deles (Poston, Arizona) administrado pelo BIA de Collier (Spicer 1977: 130).

25 Ver, entretanto, a crítica política da antropologia aplicada à “assistência técnica” americana do pós-guerra por Manners (1956).

26 Veja Copans (1975) sobre a crise da antropologia americana dos anos 1960, bem como Ranc (1988) e Guichaoua & Goussault (1993: 101-104) sobre a antropologia do desenvolvimento nos Estados Unidos. As ambiguidades políticas da antropologia aplicada eram geralmente percebidas e discutidas, antes do final da década de 1960, em termos de ética e de estratégia “do mal menor” na gestão governamental de minorias (Embree 1945: 636; Polgar 1979: 410-411).

Antropologia aplicada e etnificação

A antropologia aplicada, associada às administrações coloniais e depois às burocracias indigenistas nacionais, esclarecidas ou não, apenas representou, para as minorias que são o objeto dela, um desvio do conhecimento etnográfico a serviço da tutela dos Estados-nação, que lhes impõe hegemonia²⁷. E isso mesmo quando os trabalhos antropológicos de cunho colonial foram limitados ou bem-intencionados, e mesmo quando certos projetos de intervenção conseguiram atenuar, temporária ou localmente, o impacto das políticas governamentais de gestão de povos minoritários / das minorias.

Da era do *indirect rule* à era do desenvolvimento, essas políticas recorrem sempre – pelo menos quando se dizem “progressistas” e requerem o auxílio de antropólogos – à mesma retórica, invocando a inevitabilidade da aculturação, as virtudes “humanitárias” da mudança assistida, incluindo até mesmo o “direito ao desenvolvimento” e o respeito pela “escolha indígena” (Bodley 1977 e 1988: 8). Esse discurso de legitimação se constrói tanto a partir do desconhecimento do dispositivo de sujeição que o torna possível, quanto da antecipação de seus efeitos sociais. Sustenta-se assim, segundo as apostas econômicas, tanto da negação das sociedades que toma por objeto como da redução da antropologia a instrumento de “aculturação planejada”. As condições históricas de possibilidade da antropologia aplicada estão enraizadas na situação de dominação política que permite um Estado induzir e impor transformações sociais, visando a integração “modernizante” das “minorias” que assujeitou (Bastide 1971: 32). Essa “antropologia” extrai sua existência e sua operacionalidade de uma situação de controle que oculta as raízes históricas da situação minoritária. Seu pecado original está vinculado a essa convivência com a ideia de um futuro social sob tutela, cumplicidade a partir da qual apenas constrói a farsa e o arranjo burocrático de uma negação da soberania e da história.

A antropologia aplicada pode, nesse sentido, ser considerada como uma das engrenagens essenciais do mecanismo de etnificação colonial que opera e administra a redistribuição das “cadeias de sociedades” conquistadas em arquipélagos culturais e territoriais de “etnias minoritárias” reificadas e dependentes²⁸. Esse processo de sujeição e reescrita identitária é tão característico do colonialismo externo quanto do colonialismo interno, cujas operações de desenvolvimento costumam ser o vetor. Um

27 Veja Copans ed. (1975) para outros exemplos de antropologia aplicada colonial europeia que não a da Grã-Bretanha (Portugal, Países Baixos). Para outros exemplos de antropologia aplicada indigenista além do caso americano, ver o *indigenismo* oficial na América Latina (bibliografia em Rivière 1991). Uma lista das administrações responsáveis pelos povos minoritários, em cerca de cinquenta países, pode ser encontrada em Goodland (1982: 42-48).

28 Ver Amselle (1985) sobre as noções de “cadeia de sociedades” e “etnificação colonial”, e Williams (1991) sobre a noção de “etnia minoritária”.

exemplo contemporâneo disso pode ser encontrado na atitude do Banco Mundial em relação aos povos autóctones, observada na sua política de “autonomia cultural” que visa, explicitamente, mudar o status de “populações tribais” para “minorias étnicas reconhecidas e aceitas” (Goodland 1982: 28; Bodley 1988: 410-11). Por trás dessa noção de “autonomia cultural”, surge uma concepção de alteridade ainda próxima à do culturalismo americano do entreguerras: a de uma alteridade dócil e transitória, que sabe transitar com complacência pelo molde cultural (folclorização) e político-econômico (dependência) do “reconhecimento” que lhe é concedido pelo projeto desenvolvimentista²⁹.

Os limites históricos da antropologia aplicada são fixados pela capacidade das sociedades minoritárias de subverter esses quadros de etnificação estatal pela formação de uma “contra-etnicidade”, forjada de dentro a serviço de um projeto de emancipação política³⁰. Ao se tornar o referente de uma finalidade histórica dotada de fins próprios, essa etnicidade reapropriada reabsorve o horizonte de negação, a partir do qual se deu a tutela política e a transcendência da história da sociedade dominante. A antropologia aplicada torna-se, dessa forma, solúvel na “retomada da iniciativa” das sociedades que dela são objeto. A emergência política dos povos autóctones no cenário internacional, nas últimas décadas, demonstrou amplamente isso ao impor a “descolonização” da aplicação antropológica para repensá-la em bases inteiramente novas (Stavenhagen 1971). Mas antes de desenvolver este ponto e esclarecer a abordagem que se pode ter da questão a partir da antropologia francesa, preciso abrir aqui um longo parêntese sobre a genealogia de uma ausência: a da constituição de uma antropologia aplicada institucional na França.

Antropologia, minorias e aplicação na França

Entre o final da década de 1920 e o início da década de 1930, a antropologia francesa entra tardiamente em sua fase de institucionalização profissional e constituição da pesquisa em campo³¹. Essa precariedade, junto com sua inclinação para a filosofia e sua predileção pelas representações, não contribui para aproximá-la de uma administração colonial cuja tutela direta e a “política indígena” assimiladora tinham, inclusive, por definição, menos necessidades etnográficas do que o *indirect rule* britânico. O acentuado prestígio da erudição “desinteressada” na tradição letrada na França e a desconfiança dos administradores em relação aos acadêmicos, sempre suspeitos de “liberalismo vis-à-vis aos indígenas”, também contribuíram para manter essas distâncias (Karady 1982: 28-29).

29 Ver Badiou (1993: cap. II) sobre os pressupostos do “direito à diferença”.

30 Veja Taylor (1991) e, para um exemplo brasileiro, Albert (1993a, 1993b).

31 O *Institut d'Ethnologie de l'Université de Paris* foi criado em 1925, a missão Dakar-Djibouti realizada em 1931-1933, e Griaule torna-se o primeiro titular de uma cátedra de etnologia geral da universidade francesa em 1943. Sobre a formação da etnologia universitária na França, ver Karady (1982).

As aplicações coloniais da antropologia francesa, portanto, não ultrapassaram o estágio das declarações retóricas, claramente destinadas a garantir o avanço institucional de um propósito predominantemente científico e acadêmico, um compromisso ilustrado pela fundação do *Institut d'Ethnologie de l'Université de Paris*, pedra angular deste projeto (Karady 1982: 33-35). Financiada por uma administração colonial em busca de prestígio cultural, essa instituição foi justificada pelo trabalho de Lévy-Bruhl (1925) sobretudo em função de sua vocação prática, seguindo o exemplo da antropologia oficial do governo britânico da *Gold Coast*. O pessoal colonial – oficiais, funcionários públicos e etnógrafos – vai compensar esta ausência de antropologia aplicada na França³² e, como resultado, os etnólogos universitários gozarão de uma maior “independência” em relação ao sistema colonial do que seus colegas britânicos (pelo menos intelectualmente)³³. Os trabalhos de Griaule sobre a metafísica *dogon* e sua defesa dos sistemas de pensamento africanos, portanto, deram origem a uma forma de relativismo cultural – certamente impregnado de paternalismo e de voluntarismo modernizador –, que ele oporá vigorosamente, inclusive na arena política, com as visões assimilacionistas da administração colonial (Leclerc 1972: 163-166; Clifford 1988: cap. 2). Há uma atitude semelhante, mas ainda mais radical, em Leenhardt na Nova Caledônia (Clifford 1987).

É a partir e além desta corrente de pensamento que nasce na França, após a Segunda Guerra Mundial, uma antropologia política da “situação colonial” (Balandier 1951)³⁴ e uma ética do compromisso com os povos colonizados (Leiris 1950)³⁵, que prenuncia, aliás, a experiência de campo dos primeiros antropólogos contratados no *Office de Recherche Scientifique Coloniale* no final da década de 1940 (incluindo o próprio Balandier)³⁶. Esta tradição de distância relativa (depois passando à de ruptura) entre investigação científica e administração colonial continuará a fundamentar implicitamente, na etnologia francesa,

32 Para um breve panorama histórico das relações entre etnólogos universitários e administradores coloniais etnógrafos na França, ver Amselle (1991).

33 Sobre os trabalhos etnológicos franceses antes da Segunda Guerra Mundial, ver Rivet (1940). Ver Jamin (1986: 45-55) e Karady (1982: 27) sobre os arranjos dos etnólogos franceses com a ordem colonial.

34 E outros artigos da década de 1950 reunidos em Balandier (1971).

35 O etnógrafo como “defensor natural” dos seus anfitriões. Este texto foi reeditado em 1969 em uma coletânea de artigos cuja introdução insiste na responsabilidade do etnólogo “em assumir a causa daqueles cujas reivindicações ele é especialmente capaz de compreender e ajudar a compreender”. Ver também Leiris (1981) e a noção de “etnografia da fraternidade militante”.

36 A *Organisation Regionale de la Securite Civile* (ORSC), criada em 1943 e dependente do Ministério das Colônias, é a ancestral do ORSTOM [por sua vez, atualmente *Institut de Recherche pour le Développement*, IRD] (cf. Bonneuil 1991: cap. III; Gleizes 1985), para o qual Balandier (1977: cap. 2), Condominas (1980 e 1992) e Guiart (1992) foram contratados em 1946-1947. Deve-se notar que em 1951 um conselho superior de pesquisa sociológica ultramarina também foi criado, associado ao ORSTOM e destinado a realizar pesquisas encomendadas no âmbito de projetos de desenvolvimento financiados pelo Ministério da França de Ultramar. Esta organização contou com a colaboração de antropólogos incluindo Bernus, Dupire e Tardits (Gleizes 1985: 43-44; Goudineau 1993: 6; Tardits 1993).

a oposição entre fundamentalidade e aplicação com uma certa aversão à ideia de antropologia aplicada.

*

Na virada dos anos 1950-1960, as independências das antigas colônias, que se tornaram “Terceiro Mundo”, deixaram-nas às voltas com um conjunto de mecanismos de dependência (a organização da recuperação econômica) e uma nova retórica modernizadora (a teoria do crescimento). Este dogma do desenvolvimento, inicialmente triunfante, experimentará, ao longo dos fracassos da década de 1960 e depois dos choques econômicos dos anos 1971-1975, vários ajustes internos (liberais) e “críticas externas” (dependentistas) que levarão a um certo descontentamento teórico e a um processo, até hoje ininterrupto, de reformulações retóricas e tecnocráticas. As sociedades rurais tradicionais geralmente só tinham existência, nesta narrativa e em seus avatares, por meio do enigma de seus “bloqueios socioculturais”.

A antropologia francesa engajada nas transformações sociais decorrentes do período colonial na África – a antropologia política de Balandier, depois a antropologia econômica marxista, da qual Meillassoux foi o pioneiro – se inscreveu, nos anos 1950-1960, em ruptura, científica e política, com o discurso da ONU sobre o desenvolvimento³⁷. Os pesquisadores desse movimento tentarão, ao contrário, evidenciar, no contexto do paradigma dependentista, a relação de dominação predatória imposta às sociedades tradicionais pelo crescimento econômico e a ameaça que isso representa para a sua reprodução. Seus trabalhos também ajudarão a abrir um debate sobre as implicações políticas da antropologia e sobre o compromisso dos antropólogos, que agitarão a profissão até a segunda metade da década de 1970³⁸.

Esta corrente estará amplamente representada pelos pesquisadores de ciências humanas do ORSTOM³⁹ que, a partir da década de 1960, dedicaram muito trabalho de

37 Sobre a ruptura introduzida pelo africanismo francês a partir dos anos 1950 e a perda da hegemonia da escola britânica, ver Copans (1974: 97-106).

38 Sobre o tom desse período, cf. Copans (1974) e o capítulo “Impacto Colonial das Sociedades Industriais” das atas da conferência “Situação atual e futuro da antropologia na França”, organizada por G. Condominas e S. Dreyfus em abril de 1977 (CNRS 1979: 269-292). Sobre seu contexto político, cf. Rey (1991: 74-76). Fora dessa paisagem dominante, ressaltam-se três textos, o primeiro diametralmente oposto em seus propósitos aos outros dois, mas cujas raízes comuns nos anos 1950 os reaproxima: Lebeuf (1968), com influência da antropologia aplicada americana, e de Métraux (1953), que clama por uma contribuição da etnologia à “cooperação técnica”, e Panoff e Panoff (1968: 130-43) que, antes lembrando Lévi-Strauss (1958), discordam que antropologia tenha de justificar sua utilidade e pintam um quadro angustiante da antropologia aplicada ao desenvolvimento. Observe-se também o anacronismo do “Relatório Soustelle” sobre o estado da antropologia francesa que, além de suas declarações humanistas, ainda endossa a “antropologia de salvamento” e a antropologia aplicada governamental (1975: 65-67).

39 As ciências humanas só se desenvolveram realmente no ORSTOM depois da descolonização, cf. Waast e Schlemmer (1992: 139-140).

campo à análise socioeconômica dos fenômenos de transição e de dominação nas áreas rurais, particularmente na África e em Madagascar. A partir do final da década de 1970, esses estudos entrarão em recessão e passarão por várias mutações, em particular na direção da antropologia histórica (Waast & Schlemmer 1992: 140-141, 158-159; Rey 1991: 78-81), e sua perspectiva crítica sobre a continuidade colonial do “complexo desenvolvimentista” persistirá⁴⁰.

No início da década de 1980, as ciências sociais no ORSTOM iniciarão um processo de redistribuição temática e geográfica que possibilitará um debate sobre a posição da antropologia frente ao desenvolvimento (Waast & Schlemmer 1992). Esse debate irá definir o discurso e a prática das “operações de desenvolvimento” (governamentais ou não), as instituições que as financiam e as “situações de desenvolvimento” (articulação “desenvolvedores”/“desenvolvidos”) como objetos de de um conhecimento antropológico fundamental⁴¹. No início dos anos 1970, Augé (1972: 208) já havia adotado essa abordagem, ecoando a antropologia aplicada de Bastide (1971: 193-194, 199-200), uma “ciência teórica da prática”, que propõe analisar os programas de ação e intervenção enquanto “obras culturais”, da mesma forma que “a antiga antropologia analisava sistemas de parentesco, instituições econômicas e políticas, processos espontâneos de mudança, exatamente com os mesmos métodos e as mesmas técnicas de abordagem” (Bastide 1971: 200, 207).

Os participantes neste debate, recusando o simples desengajamento “acadêmico” ou carregar o peso das declarações de fracasso⁴², também reexaminarão o status da perícia antropológica dentro das operações de desenvolvimento, não sem sublinhar os impasses de sua instrumentalização política a serviço de forças do desenvolvimento⁴³. Por fim, para além da precariedade e das ambiguidades da intervenção antropológica como facilitadora de decisões em benefício das populações “a desenvolver”⁴⁴, eles considerarão a difusão e a aplicação do saber antropológico sintonizado com a capacidade de iniciativa

40 Ver Weber (1983 [1978]) e Chauveau (1985). Isso não excluiu a realização de pesquisas encomendadas, muitas vezes mais ricas em lições antropológicas do que de realizações práticas; ver, por exemplo, Dozon (1983).

41 Sobre essa inversão de perspectiva, cf. por exemplo Baré (1987), Dozon (1986) e Olivier de Sardan (1991).

42 Como lembram Bonnafé et al. (1985: 34), as razões que motivam a recusa de intervenção em um projeto (condenação de sua ideologia subjacente e medo de seus efeitos perversos) são também aquelas que convencem a inaceitabilidade do “*laisser faire*”.

43 Como garantia intelectual e moral (diagnóstico *pro forma* preliminar), como intervenção corretiva (monitoramento-avaliação corretiva) ou como operação corretiva (estudos *ex-post*) em projetos lançados sem consulta.

44 Melhor consideração dos saberes e das lógicas sociais locais, estudos das interações desenvolvidos/desenvolvedores, avaliação das operações de desenvolvimento do ponto de vista de seus destinatários.

das sociedades envolvidas no desenvolvimento, e também voltadas para a restituição de sua demanda real fora desse quadro imposto⁴⁵.

*

Outro grande polo da antropologia francesa, o americanismo estruturalista, também ajudará – desta vez quase por definição – a manter os antropólogos franceses distantes da antropologia aplicada e do “complexo do desenvolvimento”. Lévi-Strauss expressará sua reticência a essa modalidade de intervenção em um artigo destinado à UNESCO (1958: 415-18) já em 1954. Ele só considera possível a aplicação antropológica pela sociedade que a produziu (assistência aos migrantes, estudos de marginalidade, formação dos líderes expatriados), lamentando, inclusive, que a antropologia tenha de provar sua utilidade para alcançar “um reconhecimento que suas conquistas teóricas deveriam ser suficientes a obter”. Em nota acrescentada em 1957, ele acentuará tal restrição, defendendo-se de querer fazer do antropólogo “um auxiliar da ordem social” e confessando sua falta de interesse científico e de crédito para este aspecto da disciplina.

Além disso, Lévi-Strauss expressou seu ponto de vista sobre a ideologia do desenvolvimento em uma comunicação de 1961 realizada no *Conseil international des Sciences Sociales*. Ele recordou ali, com referência ao capítulo de *O Capital* sobre a acumulação primitiva, o efeito fundador da conquista das Américas sobre a expansão predatória do capitalismo europeu e sua produção de “subdesenvolvimento”⁴⁶:

A relação de estranheza entre as chamadas sociedades subdesenvolvidas e a civilização mecânica consiste sobretudo no fato de nelas encontrar o seu próprio produto, ou, mais precisamente, a contrapartida da destruição que ela instaurou para estabelecer sua própria realidade ... Ao enfrentar os problemas da industrialização nos países subdesenvolvidos, a civilização ocidental encontrou ali, pela primeira vez, a imagem distorcida, como se congelada por séculos, da destruição que teve que operar para existir (Lévi-Strauss 1973: 368-369).

É interessante contrapor aqui a posição de Lévi-Strauss sobre a pesquisa encomendada com a de outro americanista, Métraux, que na mesma época – muito influenciado pelo pragmatismo da antropologia aplicada americana – militava a favor da intervenção dos antropólogos nos projetos de “assistência técnica” da ONU. Ele concebia esse papel na forma de uma mediação cultural visando limitar os efeitos perversos das mudanças culturais impostos pelo desenvolvimento econômico (1951a, 1953):

45 Sobre todos esses pontos, cf. Bonnafé et al. (1985), Dozon (1991) e Geffray (1987).

46 Ver Amin (1993) e Wolf (1982). Lévi-Strauss também critica neste texto a eufemização da situação colonial pela teoria malinowskiana da “mudança cultural” em termos próximos aos de Balandier (1971: 38).

A tarefa que os serviços de assistência técnica e de ensino fundamental se propõem a atribuir aos antropólogos... equivale a orientar a transição de uma forma de cultura para outra, a fim de evitar as consequências desastrosas que muitos países do mundo sofreram com tais mudanças no passado (...). A principal função desses especialistas consistiria em explicar aos técnicos estrangeiros a natureza da cultura em meio à qual estão trabalhando e em atuar como porta-vozes e intérpretes da civilização científica e industrial para os membros dessa cultura (Métraux 1953: 883, 886).

Métraux, ele próprio vinculado às Nações Unidas desde 1946, foi conselheiro e membro permanente do departamento de ciências sociais da UNESCO de 1947 a 1962. Lá ele construiu importantes projetos de antropologia aplicada na Amazônia, no Haiti e nos Andes (Métraux 1951, 1953), sem se privar de denunciar vigorosamente o trágico destino dos índios do Brasil (1961).

O interesse de Métraux pela aplicação antropológica não terá posteridade no americanismo francês, como tampouco tiveram posteridade as posições assumidas por Lévi-Strauss sobre o subdesenvolvimento, que permaneceram fora do âmbito de sua antropologia. Em última instância, nas décadas seguintes, é a memória neorousseauiana dos *Tristes Trópicos* que, à margem da antropologia estrutural, dará sustentação à crítica americanista da globalização econômica, "...esse cataclismo monstruoso e incompreensível que foi, para tão grande e tão inocente fração da humanidade, o desenvolvimento da civilização ocidental..." (Lévi-Strauss 1955: 375). É assim que os estudos amazonistas resultantes do (e em revolta contra o) ensinamento de Lévi-Strauss conduzirão, no início da década de 1970, a um movimento culturalista de denúncia do Ocidente etnocida, do qual Jaulin será a figura emblemática (1970, 1972, 1974).

*

A antropologia econômica africanista e o americanismo tropical francês, correntes dominantes da disciplina neste debate, serão norteados mais pela implicação antropológica do que pela antropologia aplicada, concebendo a utilidade social de sua intervenção menos na perspectiva do "complexo do desenvolvimento" do que na perspectiva dos povos que ele afeta. No entanto, essas duas antropologias estão em total contraste quanto ao estilo e ao grau de seu afastamento face ao desenvolvimento. A primeira, apesar de seu distanciamento crítico, não rejeita totalmente a ideia de contribuir para as suas operações, enquanto a segunda – muitas vezes insensível às mudanças sociais – se esforça em denunciá-las com vigor. É possível pensar que essa divergência seja atribuída, para além das diferenças de abordagem, às especificidades das sociedades às quais essas antropologias se vincularam preferencialmente, bem como ao tipo de controle que as

operações de desenvolvimento exerceram sobre elas. Havia, de um lado, sociedades de agricultores, que se tornaram o campesinato majoritário nos Estados que os abarcam e, do outro, pequenas sociedades de caçadores-horticultores (ou, às vezes, caçadores-coletores) situadas à margem das economias nacionais; de um lado, sociedades de linhagens cujas estruturas sociais e econômicas tornam a capacidade de trabalho de seus membros acessível à captação pelo mercado e, de outro, sociedades nas quais a ausência de sujeição doméstica ao trabalho as tornam desenvolvíveis (ontem colonizáveis) apenas mediante sua desestruturação social (Geffray 1993: 23-25). Além dessa vulnerabilidade sociológica, há também a vulnerabilidade biológica de populações isoladas de vetores patogênicos europeus, como é o caso arquetípico dos povos das Américas (Crosby 1986: cap. 9).

Essas especificidades e a disparidade de suas abordagens têm sido a fonte de um mal-entendido e de um antagonismo duradouros entre o africanismo e o americanismo tropical na antropologia francesa (Amselle 1979). No entanto, a partir da segunda metade da década de 1970, na França e em outros lugares, a pesquisa amazonista passou por transformações que começaram a tornar seus trabalhos mais inteligíveis para a experiência e as preocupações africanistas⁴⁷. Sua inclinação em reificar as sociedades que estuda como isolados exóticos, com uma história degenerativa (contato e deculturação), está em declínio. O quadro histórico e sociológico de suas análises se ampliou e está cada vez mais aberto aos fenômenos de transformação social e política. Essa mutação, aliás, se deu em grande parte através das mudanças das próprias sociedades indígenas que, durante esse período, começaram a se organizar para defender seus direitos territoriais e culturais, emergindo como sujeitos políticos na cena pública dos Estados-nação, e isso com um dinamismo crescente na medida em que muitas dessas sociedades experimentam um notável aumento demográfico (o renascimento dos Kayapó do Brasil, descrito por Turner em 1991, é exemplar nesse aspecto). Trata-se, portanto, de um verdadeiro processo de “descolonização interna” que, em certo momento, poderá constituir um horizonte de redefinição teórica tão decisivo quanto as renovações das perspectivas do africanismo nos anos 1950-1960 (com um pano de fundo histórico e sociológico que, no entanto, permanece, obviamente, muito diferente)⁴⁸.

Essa transformação dos estudos americanistas também levou ao desenvolvimento de uma nova concepção de intervenção antropológica. Passou-se, assim, da denúncia genérica e do fatalismo culturalista, algo encantatórios, para uma abordagem mais política

47 Ver, por exemplo, na virada dos anos 1970 para os 1980, estudos como o de Descola (1981) ou de Turner (1979). Ver, também, Descola e Taylor (1993) e Taylor (1984) sobre as tendências dessa “renovação” do americanismo tropical.

48 Ver Geffray (1993) para uma abordagem africanista inovadora dessas especificidades sociológicas e históricas do americanismo tropical.

e pragmática da defesa dos direitos das minorias em face das políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais (ONU 1989, 1992). No final dos anos 1970, pela primeira vez, um Grupo de Informação sobre os Ameríndios foi criado no âmbito de *La Société des Américanistes*⁴⁹, o qual se associou à *Survival International* – uma organização internacional para a defesa dos povos indígenas –, antes de fundar uma filial francesa desta ONG, à qual gradativamente antropólogos especializados em outras regiões do mundo virão se associar e colaborar⁵⁰. Desde o final da década de 1970, esta sucursal francesa (criada com base na Lei da Associação de 1901) conseguiu cristalizar no meio antropológico (e não só), uma grande rede onde convergem informações, reflexões e iniciativas relacionadas à situação dos povos minoritários.

Fora desta rede, as intervenções dos antropólogos franceses em questão, mais difundidas do que se possa pensar, parecem ter sido realizadas individualmente e à margem das estruturas profissionais, onde têm, aliás, muito pouco eco⁵¹. Desprovidas de visibilidade disciplinar, são na maioria das vezes colocadas no registro das escolhas éticas e políticas privadas. É bem mais raro que sejam mencionadas no contexto de uma reflexão sobre as condições de produção e sobre os desafios do conhecimento antropológico. Essa redução muito frequente das implicações sociais e políticas da antropologia das minorias a um debate que opõe, com um objetivismo obsoleto, ciência e compromisso, sem dúvida explica que este aspecto da atividade dos antropólogos franceses constitui uma espécie de campo cego – eu voltarei a esse ponto. Distanciado da atividade científica e, com isso, escapando de sua análise, este genuíno setor informal de aplicação antropológica, que ocupa uma parte às vezes significativa do trabalho dos antropólogos em questão, permanece, entretanto, sem estatuto definido no interior da profissão. Aliás, as reflexões sobre este tema são objeto de textos tão breves quanto raros⁵², e os debates que o evocam

49 Ver o *Journal de la Société des Américanistes*, 1978, tomo LXV: 229-242.

50 *Survival International* foi fundada em 1969 em Londres. É uma associação que retransmite as iniciativas políticas e práticas das organizações que os povos indígenas têm adotado e das ONGs locais que trabalham com eles: campanhas de informação e apoio (terra, cidadania, direitos humanos), projetos “em campo” (saúde, educação, apoio jurídico, imprensa autóctone e outros). Os americanistas franceses inicialmente mantiveram uma colaboração estreita, mas individual, com a organização (cujo comitê honorário inclui Lévi-Strauss), antes de fundar uma associação nacional. A *Survival International* francesa publicou desde 1985 uma revista chamada *Ethnies*, no qual apareceram antropólogos especialistas das mais diversas regiões (1985, 1-2: Guiana Francesa; 1985, 3: Nova Guiné, Nova Caledônia, Austrália; 1986, 4-5: América Central; 1987, 6-7: África; 1989, 8-9-10: Pacífico; 1990, 11-12: Amazônia brasileira; 1991, 13: Desenvolvimento e povos indígenas; 1993, 14: 5º Centenário da Conquista; 1993, 15: Europa cigana).

51 Ver, por exemplo, alguns textos no *Bulletin de l'Association Française des Anthropologues (Journal des Anthropologues)* de Juillerat (1985, 20: 103-109), Grenand (1989, 36: 67-78), Bourgeot (1990, 40-41: 135-146) e Bensa (1993, 50-54-55: 155-160), bem como Dreyfus (1986) e Gasché (1993).

52 Ver Morin (1981: 19; 1982: 40-41; 1986), Izard (1982: 126-27), Bonnafé et al. (1985), Moizo (1987), Bourgeot (1987), Fat (1989), Bensa (1992), Condominas (1992) e Schlemmer (1992). Ver, também, a

o fazem, na maioria das vezes, ao deplorar o desinteresse da antropologia francesa por este campo da intervenção social⁵³.

A associação entre a nebulosa dos etnólogos franceses preocupados com a implicação a favor dos povos minoritários e uma ONG humanitária de origem inglesa, como a *Survival International*, é bastante sintomática da dificuldade que, na França, a profissão tem em reconhecer e em pensar sobre esse tipo de atividade. Sem dúvida, isso ocorre menos no mundo anglo-saxão, onde a atividade tem certo espaço no âmbito de instituições como a *British Association for Social Anthropology in Policy and Practice* (BASAPP) e a *Society for Applied Anthropology* americana (SFAA)⁵⁴. Entretanto, esse espaço permanece bastante modesto se comparado ao que é aberto hoje por ONGs especializadas, que são muito poderosas no Norte da Europa e nos Estados Unidos⁵⁵. Essas organizações – e suas congêneres nos países do Sul – estão, assim, recrutando cada vez mais antropólogos preocupados com a intervenção social, o que parece ser ao mesmo tempo uma saída profissional aceitável e como o único lugar de ruptura com a herança colonial e neocolonial da antropologia governamental aplicada.

Com essa sombra histórica tendo menos peso na França, as relações entre a antropologia “acadêmica” e as ONGs não são tão percebidas como alternativas. A tendência até parece estar caminhando, ao contrário, para uma certa sinergia entre pesquisa e movimento associativo, como ilustrado pela criação da filial francesa da *Survival International*. É, portanto, a partir dessa aproximação, em última análise menos estranha do que parece, entre a tradição anticolonial da antropologia francesa e o pragmatismo político das ONGs humanitárias anglo-saxãs, que se desenvolve a reflexão na continuação deste artigo.

Aplicação antropológica e estratégias minoritárias

Minorias, Estado e desenvolvimento: 1950-1990

Desde o início da década de 1950, o sistema das Nações Unidas, no caso a Organização Internacional do Trabalho (OIT), se interessou pela situação marginal das

proposta de um “código de ética” na obra editada por Gast & Panoff (1986: 296-297).

53 Ver as intervenções do debate “Implicação do pesquisador de campo com a sociedade de acolhimento” (*Bulletin de l'Association Française des Anthropologues* 1987, 29-30: 13-41) e da mesa redonda “Ética profissional e experiência de campo” (*Journal des Anthropologues* 1992-1993, 50-51).

54 Veja a edição de outono de 1993 do jornal BASAPP (Wright & Shore 1993), e o trabalho recente da responsável pelo Comitê de Direitos Humanos e Meio Ambiente da SFAA (Johnston 1994).

55 Ver Beauclerk, Narby & Townsend (1988) para uma espécie de síntese das regras para intervenção de ONGs em ambientes “autóctones”.

“populações aborígenes” dentro da nova ordem emergente da economia global⁵⁶. A este tema, dedicou um relatório de 700 páginas, que caracteriza sobretudo estas sociedades por:

... um claro atraso no desenvolvimento econômico em relação ao resto da população nacional, uma concepção mítica da organização social e da atividade econômica, a insuficiência das possibilidades oferecidas ao indivíduo e a sobrevivência de sistemas anacrônicos de relações econômicas e fundiárias, que impedem os aborígenes de desenvolver sua capacidade de produção e de consumo e contribuem a mantê-las em uma situação social desfavorecida (OIT 1953: III).

Este relatório levará, alguns anos depois, à promulgação de uma convenção internacional “sobre a proteção e integração de populações indígenas, tribais e semitribais em países independentes” (OIT 1957). Esse texto, com um tom fortemente paternalista e assimilacionista, servirá como um regimento para a gestão global das relações entre Estados e etnias minoritárias até sua revisão em 1989⁵⁷.

Os povos autóctones – cerca de 250 a 300 milhões de pessoas em 70 países – enfrentaram duramente, ao longo dessas três décadas, todas as operações de desenvolvimento e as políticas de integração modernizadora que sucessivamente se abateram sobre o “Terceiro Mundo”. O movimento de colonização interna que se concretizou nos países submetidos a esse planejamento tecnocrático global de crescimento econômico teve – e continua a ter – um impacto particularmente destrutivo sobre estas sociedades minoritárias, sejam elas próprias alvo das operações de desenvolvimento ou, mais frequentemente, seus territórios e os recursos naturais que constituem sua base econômica (espaços produtivos, matérias-primas, recursos energéticos e, mais recentemente, biotecnologia).

Os diversos aspectos das medidas de integração e expropriação de minorias levadas a cabo à sombra do mito do desenvolvimento, bem como o balanço crítico das suas múltiplas e desastrosas consequências (sanitárias, ecológicas, demográficas, socioeconômicas e políticas), se tornaram objeto de uma volumosa literatura que agora se acumula há mais de duas décadas⁵⁸. O surgimento de tal balanço, sustentado pela

56 A OIT, criada em 1919, tem empreendido estudos sobre “trabalhadores aborígenes” desde 1926. Na década de 1930, esses estudos levaram, notavelmente, a uma série de convenções sobre trabalho forçado (1930), recrutamento (1936), contratos de trabalho e sanções penais associadas à sua transgressão pelos “trabalhadores aborígenes” (1939) (BIT 1953: 651).

57 Seu artigo 11, entretanto, reconhece aos povos autóctones, pela primeira vez, direitos individuais ou coletivos sobre as terras que tradicionalmente ocupam. A Convenção 107, revisada sob pressão de organizações indígenas e ONGs especializadas, irá se tornar a Convenção 169 (OIT 1989). Sobre a evolução do reconhecimento internacional dos direitos dos povos autóctones, ver Berman (1993).

58 Ver Bodley (1975, 1977, 1988), Brosted et al. (1985), Burger (1987), Goodland (1982), Jackson (1984)

crecente mobilização política de suas vítimas e das ONGs que apoiam esse movimento, acabou incluindo a questão das minorias no capítulo das novas preocupações do “complexo de desenvolvimento” para os “fatores humanos”. O atestado de fracasso de um projeto hidrelétrico do Banco Mundial pela resistência dos Igorot do rio Chico (norte da ilha de Luzon, nas Filipinas) inaugurará, assim, nos anos 1970, o interesse dessa instituição pelos povos autóctones (Bodley 1988: cap. 17)⁵⁹.

Inicialmente, a antropologia das minorias, predominantemente anglo-saxônica, acompanhou esse processo com grande relutância política, desde os estudos bem-intencionados de “antropologia governamental aplicada” (Kroeber 1953) até as preocupações fúnebres de “antropologia de resgate” (com a fundação do *International Committee on Urgent Anthropological Research* em 1956 por ocasião do 5º Congresso da *International Union of Ethnology and Anthropological Sciences* - IUEAS na Filadélfia⁶⁰). A emergência política das sociedades autóctones e suas estratégias de emancipação e de resistência ao desenvolvimento (Jorgensen & Lee 1974)⁶¹ só começou a ser levada em consideração no final da década de 1960, na esteira dos estudos sobre etnicidade (por Barth e Cohen, em particular), e com a abertura de um acirrado debate sobre responsabilidades sociais e políticas da antropologia (Copans 1975 e 1991). A situação particularmente dramática dos índios sul-americanos, principalmente no Brasil (com o escândalo do Serviço de Proteção ao Índio – SPI), também contribuiu muito para mobilizar a profissão e a opinião pública em torno dessa questão (Dostal 1972).

Em 1968, o IUEAS criou um comitê internacional contra o genocídio e a aculturação forçada (dirigido por Barth). No mesmo ano, por iniciativa dos antropólogos presentes no 3º Congresso Internacional de Americanistas, nasceu a primeira ONG de apoio às minorias autóctones: o *International Work Group for Indigenous Affairs* (IWGIA, de Copenhague), logo seguido pela *Survival International* (1969, em Londres)⁶². O simpósio sobre contato

e Johnston (1994), que constituem uma boa introdução a esta literatura. Veja também publicações de ONGs como *Survival International* e *International Work Group for Indigenous Affairs* (IWGIA) na Europa ou *Cultural Survival* nos Estados Unidos. Ver, finalmente, para uma reflexão sobre a ideologia do desenvolvimento e os povos autóctones, Perrot (1991).

59 Veja o relatório de Goodland (1982) e sua crítica por Bodley (1988: cap. 38). Sobre as campanhas de ONGs ambientalistas e indigenistas contra os projetos do Banco Mundial durante os anos 1980, ver Schwartzman (1984, 1987). Diante do impulso ambientalista dos anos 1980, e por ocasião do Ano Internacional dos Povos Indígenas declarado pela ONU, o Banco Mundial organizou, em setembro de 1993, uma Conferência sobre saberes tradicionais e desenvolvimento sustentável.

60 Sobre a história das relações entre a antropologia e o movimento indígena internacional, ver Wright (1988). A “antropologia de salvamento” permaneceu em voga até o final da década de 1960 (cf. Sturtevant 1967: 355: “...a antropologia corre o risco de perder a maior parte de seu laboratório no exato momento em que ela se torna capaz de usá-lo efetivamente”).

61 Ver Burger (1987: cap. 5 e 13) sobre a formação do movimento internacional pelos povos autóctones.

62 É neste contexto, mas de acordo com a sua própria lógica, que se desenvolveu a corrente anti-étnica

interétnico na América do Sul, organizado em 1971 em Barbados pelo Conselho Mundial de Igrejas e pela Universidade de Berna, também foi um momento chave desse movimento (Declaração de Barbados para a Liberação dos Índios, assinada por dez importantes antropólogos sul-americanos).

A década de 1970 viu, então, a proliferação das associações indígenas que começaram a se formar na década de 1960, seguida de sua gradual articulação supranacional (com a criação do *World Council of Indigenous People* em 1975). Ainda se formarão importantes ONGs de apoio, como a *Cultural Survival* nos Estados Unidos em 1972 e o DOCIP na Suíça em 1978, e a questão dos direitos das minorias autóctones começará a ser debatida no âmbito dos organismos internacionais (a primeira conferência das ONGs em questão acontecerá em setembro de 1977 nas Nações Unidas em Genebra⁶³).

Essa dinâmica internacional se constituiu inicialmente em referência à noção de colonialismo interno e em apoio aos movimentos de resistência política dos povos indígenas (como a Conferências de Barbados de janeiro de 1971 e julho de 1977)⁶⁴. Depois, ampliou sua perspectiva crítica às relações entre territórios indígenas, recursos econômicos e aparato de desenvolvimento internacional (Conferência Internacional de ONGs sobre Terras e Povos Indígenas, Genebra, 1981, e a Conferência sobre Etnocídio e Etnodesenvolvimento da UNESCO, em San José da Costa Rica, 1981)⁶⁵. Este questionamento do desenvolvimento acaba por ser reforçado, sob a influência das preocupações ambientais e identitárias do final da década de 1980, por uma referência generalizada aos saberes naturalistas dos povos autóctones e seus modelos de uso e gestão não predatória dos meios naturais⁶⁶.

francesa, representada no 38º Congresso de Americanistas de 1968 em Stuttgart, depois no 39º Congresso de Lima em 1970. Copans (1975) apresentou textos que ilustram a tendência muito mais política da antropologia crítica americana e da antropologia sul-americana desse período (signatários da Declaração de Barbados).

63 Sobre esta conferência, ver *Journal de la Société des Américanistes*, volume LXV: 233-237. O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) criou em 1982 um grupo de trabalho sobre os direitos dos povos indígenas que se reúne todos os verões em Genebra. Em 1990, onze organizações indígenas tinham status de consultores do ECOSOC. O DOCIP (*Centre de Documentation, de Recherche et d'Information des Peuples Autochtones* [atualmente, *Indigenous Peoples' Center for Documentation, Research and Information*]) publica uma *Update* em Genebra que informa regularmente sobre este trabalho.

64 Sobre a primeira Conferência de Barbados, ver o *Journal de la Société des Américanistes*, volume LX: 291-98; sobre a segunda, ver *Journal de la Société des Américanistes*, volume LXV: 231-33.

65 Ver Davis (1988), Narby & Davis (1983), Schirmer et al. (1988), UNESCO (1982) e DOCIP (1981).

66 Veja Davis (1993) e Gray (1991). As referências ao *indigenous knowledge* se tornaram uma figura imposta em todos os programas internacionais que lidam com o desenvolvimento sustentável: o *World Conservation Strategy* (*World Resource Institute, International Union for the Conservation of Nature*) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a "Agenda 21" da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, e a Convenção Internacional sobre a Biodiversidade. Uma nova publicação científica (1993), o *Indigenous Knowledge & Development Monitor* (de Haia),

O empoderamento de ONGs ambientalistas e “indigenistas”, e depois a disseminação da retórica do “desenvolvimento sustentável” e do “desenvolvimento cultural” nas instituições multilaterais, estão levando, hoje, os povos autóctones a legitimar cada vez mais suas reivindicações territoriais e identitárias nos termos de uma “etnicidade ecológica”, cujas sínteses político-simbólicas remetem tanto às suas cosmologias quanto ao *Zeitgeist* ocidental (Albert 1993a, 1993b). Essa síntese lhes permitiu conquistar um público e uma força negociadora muito maiores do que tiveram na década anterior (na Conferência Internacional dos Povos Indígenas das Florestas Tropicais, em Penang em 1992, e na Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Terra, Meio Ambiente e Desenvolvimento durante a Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro em 1992).

É nesse contexto de “retomada de iniciativa” e de mundialização político-simbólica da etnicidade que se colocam, hoje, as condições e os desafios de quaisquer pesquisa ou intervenção antropológica relacionada à situação dos povos autóctones. Os parâmetros desta conjuntura constituem, portanto, um quadro que permite repensar completamente a noção de antropologia aplicada.

A intervenção antropológica não governamental

As responsabilidades da *applied anthropology* anglo-saxã apresentadas no início deste artigo não significam, de fato, que devemos excluir qualquer ideia de aplicação antropológica da problemática concernente às minorias. Ao contrário, significa que este tipo de intervenção não pode ser encarado sem questionar a própria situação minoritária e sem se situar no campo político que a constitui. Se a antropologia das minorias certamente não tem a prerrogativa desta reflexão sobre a origem e as finalidades sociais da aplicação, está claro que ela aborda este campo com uma acuidade particular, considerando o peso das responsabilidades éticas do antropólogo diante das ameaças que as políticas de “modernização” e “abertura” impõem à dignidade social e, muitas vezes, até à existência física das pessoas com as quais trabalha. Por ética antropológica entendo aqui o engajamento em enunciar o impensado e em se contrapor aos efeitos perversos dessas políticas no cerne das relações e das situações sociais concretas em que se constrói a prática antropológica, e não, claro, uma simples adesão genérica ao humanitarismo vitimista convencional (Badiou 1993).

faz regularmente um balanço das pesquisas realizadas neste tópico. Para trabalhos pioneiros, ver Brokensha et al (1980), Clad (1984) e Posey (1983). O surgimento de movimentos sociais de base identitária também provocou, no final dos anos 1980, outro ajuste da retórica do desenvolvimento em torno da noção de “desenvolvimento cultural”, com o estabelecimento pela ONU e pela UNESCO, no final de 1992, de uma Comissão Mundial da Cultura e do Desenvolvimento (cf. Guichaoua & Goussault 1993: 139-142; Perrot 1991: 11).

Foi a partir deste questionamento da dimensão predatória do desenvolvimento, e posicionados frente à emergência política dos povos minoritários, que os antropólogos interessados rejeitaram a antropologia aplicada governamental, dominante até o final da década de 1960, adotando uma intervenção antropológica associada a este processo de emancipação. Desde então, sob diversas formas (testemunho, mediação, assessoria, pesquisa), eles têm desempenhado um papel importante no desenvolvimento do movimento internacional em favor dos povos autóctones.

Esta forma de aplicação antropológica, orientada para a defesa das minorias, é referida na literatura anglo-saxônica com a expressão *anthropological advocacy* (Paine 1985; Rubinstein 1987)⁶⁷. Seus usuários ou financiadores provêm, principalmente, da vasta rede de ONGs que surgiu no cenário do desenvolvimento nos anos 1970-1980 (Cernea 1988). Essas não são apenas organizações que representam os povos autóctones ou associações que apoiam seu movimento, mas também associações “generalistas” (ambientalistas, humanitárias ou voltadas ao desenvolvimento), cujos temas de ação se sobrepõem à questão dos “direitos das minorias” (medicina, justiça, economia social, entre outros). A experiência deste tipo de atividade certamente não é dominante na profissão, mas contribui largamente para a divulgação da sua ética de implicação social e as iniciativas nesta área são cada vez mais numerosas.

As intervenções abrangidas pela noção de *anthropological advocacy* consistem em várias formas de “repatriação” do saber e do saber-fazer antropológicos na ação social em prol dos direitos civis dos povos minoritários. Geralmente giram em torno de cinco setores estratégicos: terra, saúde, justiça, educação e economia social. Essas atividades podem assumir uma grande variedade de aspectos, mais empíricos e técnicos do que estritamente antropológicos, mas que dependem intimamente dos conhecimentos e habilidades adquiridos com a experiência da pesquisa fundamental. Com base em minha própria experiência com os índios Yanomami no Brasil⁶⁸, cito por exemplo:

- Atividades de mediação e de testemunho: assessorar ONGs e representantes de povos minoritários em suas relações com instituições oficiais e agências de fomento; perícia jurídica (violações dos direitos humanos, reivindicações de terras); atividades de informação e divulgação de sua situação e de suas reivindicações.

- Pesquisa documental: coleta e análise de documentos sobre políticas públicas

67 É a esta corrente que se referem os antropólogos euro-americanos associados a várias ONGs como o IWGIA, *Survival International* ou Cultural Survival.

68 Em colaboração desde a década de 1970 com ONGs (brasileiras, europeias e americanas) e comunidades yanomami em diversos programas de intervenção (legalização de terras coletivas, programas de saúde e educação, ações judiciais).

de desenvolvimento regional e sobre os empreendimentos econômicos que afetam terras indígenas; acompanhamento da legislação “indigenista” e estudo dos parâmetros políticos e econômicos que balizam sua construção.

- Pesquisa-ação: avaliação de projetos de assistência técnica (saúde, educação, cooperativas); investigações sobre casos de violência ou invasão territorial; acompanhamento de pesquisas e campanhas de saúde; compilação e publicação de depoimentos e reivindicações.

- Trabalhos de etnografia didática: elaboração de relatórios que subsidiem as reivindicações fundiárias (etno-história, economia, uso de recursos e territorialidade); elaboração de manuais técnicos e de materiais didáticos para uso em programas de saúde e educacionais (formação de agentes de saúde, alfabetização).

Da antropologia à aplicação antropológica e vice-versa

Esse inventário um tanto eclético me leva ao problema, na maioria das vezes mal colocado, das relações entre *anthropological advocacy* e antropologia⁶⁹. Nesse debate, dois argumentos geralmente condenam a intervenção antropológica à escuridão extra-disciplinar. O primeiro afirma que não se trata de antropologia como tal, mas sim de um uso oblíquo do conhecimento que dela emana. O segundo acrescenta que, de todo modo, a antropologia não pode legitimar (como modo de saber) qualquer tipo de intervenção, opções essas que se enquadram na ética e na política, sendo, portanto, escolhas pessoais do cidadão e não científicas, do pesquisador.

Que fique registrado: ninguém contestará que a *anthropological advocacy* constitui um saber-fazer derivado da pesquisa fundamental (tanto mais eficaz, aliás, quanto mais rigorosa), nem argumentará que as formas de aplicação do conhecimento antropológico podem ser confundidas com as de sua produção. A dissociação do antropólogo como pesquisador e como cidadão me parece, por outro lado, mais questionável. Assim, se todas as escolhas éticas e políticas de um antropólogo não se enquadram na antropologia, sua antropologia está, por outro lado, sempre situada na encruzilhada dos desafios éticos e sociais a respeito dos quais ele deve, desde o início, assentar os marcos de seu trabalho científico; e isso com um peso peculiar quando se trata da antropologia das minorias.

O “encontro” etnográfico obviamente não consiste, como queira um certo anacronismo positivista, em uma “coleção de materiais” (de “fatos sociais”) independente do contexto histórico e político dentro do qual a sociedade observada está lutando com

69 Ver Harstrup & Elsass (1990) e comentários sobre este artigo em *Current Anthropology* (1990, 31(3): 308-309 e 31(4): 387-390); ver também Gray (1987), Maybury-Lewis (1985) e Rubinstein (1987).

a do observador e cuja relação de observação é uma das dimensões (Bensa 1993). As coordenadas deste campo constituem o espaço de perspectiva implícita das relações do antropólogo com os membros da sociedade da qual ele é o hóspede, quer ele as reconheça ou as ignore, e essas sociedades não deixam de condicionar, diretamente, a forma e o conteúdo do seu empreendimento etnográfico. É ainda necessário sublinhar de qual silêncio histórico procede a palavra dos Outros em uma "situação etnográfica", cujo dispositivo de objetivação se sustenta na sombra mais ou menos insidiosa da sujeição (Zempléni 1984: 109-111)?

O antropólogo não pode mesmo esquecer isso hoje, quando os povos autóctones e suas organizações se encarregam cada vez mais de questionar os propósitos ou os efeitos da pesquisa antropológica em relação ao seu próprio projeto político e social perante os Estados que os sujeitam. Assim, quando a exigência de implicação social é um parâmetro essencial da relação etnográfica, é difícil torná-la uma simples opção moral anexa da prática científica ou pretender que esta última tenha a opção de prescindir dela. Ao contrário, é por ser um pesquisador que o antropólogo deve assumir responsabilidades particulares enquanto cidadão (Schlemmer 1992: 152-53) e é tão inextricavelmente em função dessa implicação que ele é capaz de realizar plenamente seu trabalho de pesquisa.

A emergência dos povos autóctones como sujeitos políticos está conseguindo romper o aparato de dominação que tornou possível tanto a antropologia governamental aplicada quanto a intrusão e a objetivação forçadas da antropologia "não engajada". Esse enfraquecimento da estrutura de sujeição que constitui a relação de investigação "clássica" dissipou brutalmente sua falsa evidência de neutralidade científica. Tende, agora, a dissolver seu corolário não menos confortável: a ilusão de "engajamento" como uma escolha moral ou política individual, fora do projeto científico. Trata-se, portanto, de uma verdadeira ruptura das situações e das noções fundadoras de "trabalho de campo", de "observação participante" e de "diálogo etnográfico", mesmo se o ensino da disciplina continue a manter essas ficções e mitologias, sem grandes questionamentos. Hoje essa crise coloca os antropólogos, em muitos lugares do mundo, diante da necessidade, tão óbvia quanto inédita, de ter de explicitar sua prática e seu trabalho àqueles que constituem o objeto tradicional (e fundador) de seus estudos. Exorta-os, em particular, a assumir a responsabilidade pelos seus conhecimentos face às lutas pela sobrevivência, pela dignidade social e pela autodeterminação em que estes povos estão empenhados⁷⁰.

Esta situação, longe de se transformar em julgamento da antropologia ou dos antropólogos, tem resultado, na maioria das vezes, em uma demanda crescente pela

70 Essa mesma situação de questionamento do papel da antropologia também ocorre na construção de situações minoritárias na França (Althabe 1992).

aplicação do conhecimento antropológico por parte das comunidades e das organizações autóctones, bem como das ONGs que as apoiam, em iniciativas que eu já mencionei brevemente a respeito da *anthropological advocacy*. A intervenção antropológica não governamental constitui cada vez mais uma dimensão social e política elementar do trabalho de campo na etnologia das minorias; dimensão que, certamente, não deixa de ter efeitos sobre as orientações da pesquisa fundamental – sem que ela precise necessariamente estar subordinada a ela (voltarei a isso adiante).

Os antropólogos especializados em povos autóctones são, assim, frequentemente chamados a desenvolver atividades de pesquisa ou de consultoria a pedido de seus anfitriões e a serviço de seu projeto de autodeterminação. Isso ocorre em paralelo com os seus próprios trabalhos científicos, que muitas vezes só são aceitos nesse contexto. Essas atividades são geralmente realizadas em paralelo, no âmbito de acordos prévios negociados com organizações ou comunidades locais – negociações em todos os sentidos comparáveis às enfrentadas pelos antropólogos que trabalham na França – mas das quais eles escapavam nas sociedades minoritárias exóticas, um tanto forçadas a aceitar sua presença (Althabe 1993). Essas condições de campo constituem, desde a década de 1970, um quadro corriqueiro para o exercício da profissão de antropólogo em muitos países onde as minorias autóctones tornaram-se importantes atores políticos, como a Austrália (Moizo 1987: 329-330; Baines 1993), o Brasil (Ramos 1990), os Estados Unidos (Mauzé 1986), o Canadá e a Noruega (Chalifoux 1982-1983; Henriksen 1985). Elas exercem frequentemente uma influência marcante na configuração da antropologia que se faz sobre esses povos. O caso mais extremo (e controverso) é a recente promulgação nos Estados Unidos da Lei de Proteção e Repatriação de Túmulos dos Nativos Americanos, que mudará significativamente o futuro da arqueologia e da antropologia dos índios norte-americanos (Morell 1994).

Nas últimas décadas, a antropologia das minorias tem se orientado cada vez mais para um tipo de pesquisa em parceria, através do qual o projeto histórico dessas sociedades perante os Estados se torna um parâmetro fundamental da pesquisa. Essa mutação é ainda mais perceptível quando esses povos estão implicados, em nível global, em conflitos sociais e geopolíticos ou em importantes desafios ecológicos e econômicos. O mito fundador do campo malinowskiano, portanto, não sobreviveu. Resta à antropologia lamentar a perda de seu imaginário e extrair todas as consequências epistemológicas dessa evolução⁷¹.

*

71 Este debate é muito recente na França. Ver Bensa (1993), Copans (1993), Gros (1989), Gruénais & Lombard (1992).

A integração da aplicação social como dimensão constitutiva da antropologia das sociedades minoritárias, embora tenha se tornado um aspecto cada vez mais comum da profissão, coloca um problema antigo, o da autonomia científica. A polaridade política da aplicação antropológica foi revertida – passa-se da *applied anthropology in government* para a intervenção não governamental –, mas a questão das tensões entre o objetivo do financiador e a independência do olhar científico permanece. A autonomia da pesquisa fundamental, que garante sua qualidade, também permite sua utilidade e aplicabilidade social. Ela é, inclusive, muito mais aplicável do que a própria pesquisa dita aplicada. Assim, as organizações e lideranças indígenas – ou as ONGs que as apoiam, quaisquer que sejam – esperam uma intervenção antropológica, como qualquer financiador, para legitimar seu projeto social e político. E, quando esse projeto visa a conquista de direitos fundamentais de cidadania, constantemente negados pelos Estados, o antropólogo só pode, é claro, subscrever aos propósitos e às ações que deles decorrem. Mas ele não pode, entretanto, aceitar que sua pesquisa se limite a esse quadro, por mais indiscutível que seja. Envolvido de bom grado pelo pedido de intervenção e pelo dever de implicação, ele não pode, de fato, permitir que aí se reduza o horizonte intelectual de sua problemática, sob pena de alargar o fosso entre investigação e ação que ele procurava precisamente ultrapassar.

Ao contrário, essa demanda social, seus fins e seus desafios, os grupos e instituições que a formulam, sua formulação e o papel que o antropólogo é chamado a desempenhar neste espaço político, tudo isso faz parte do campo social e simbólico de análise antropológica. Essa reincorporação da situação de aplicação como objeto antropológico e sua submissão a um olhar crítico independente, entretanto, coloca o pesquisador em situação difícil frente àqueles cuja causa e iniciativas pretende apoiar ativamente. Essa situação de desencontro pode, então, se tornar mais delicada, ou mesmo mais dolorosa, do que o clássico atrito entre pesquisadores e financiadores. Estou pensando aqui, por exemplo, na análise crítica que pode – e deve – ser feita dos clichês da indianidade ecológica, comunitária e metafísica que as ONGs propagam em excesso, “pela boa causa” da “reabilitação” daqueles que defendem. Isso sem enxergar todo o perigo político que há em indexar o reconhecimento dos direitos civis a uma reificação exótica, cuja positividade fantasmagórica é tão manifestamente contraintuitiva (e, portanto, cúmplice) dos preconceitos que se esforçam para combater. Penso nos dispositivos paternalistas que as ONGs são, por vezes, levadas a reproduzir, no bojo do apoio político ou da assistência técnica oferecidos àqueles que garantem sua legitimidade social e sua existência material. Penso enfim, e sobretudo, na desigualdade em termos de sustentação (e de recursos) em que se encontram os povos que não podem ou não querem realizar a cirurgia estética que a virtuosa fetichização da “cultura indígena”

e da alteridade “politicamente correta” exige⁷². Paradoxalmente, porém, é a manutenção da “interioridade externa” e da instabilidade crônica dessa “visão de ângulo” que confere um interesse intelectual à aplicação antropológica, neste contexto, para além de sua importância ética e política. A prática dessa antropologia, que podemos qualificar de “antropologia implicada”, coloca o pesquisador diante de novas formas de pesquisa de campo e de comunicação etnográfica. Ele é, assim, projetado do campo local da monografia para o campo global da “mundialização das relações entre sociedades” (Bensa 1993) e da observação participante para a “participação observante” (Turner 1991; Albert 1993a). Essa transformação dos parâmetros fundadores do olhar etnográfico tem, é claro, um efeito heurístico⁷³.

Antes de tudo, isso é verdade no plano temático, onde as realidades políticas e simbólicas nas quais esta “antropologia implicada” opera podem, como já foi dito, ver-se constituídas como objetos sociais e culturais de pesquisa, abrindo, dessa forma, novos campos de investigação de grande interesse, em particular para a antropologia política (discurso e estratégias de antagonismos interétnicos; territorialidades conflituosas e formas de redefinição identitária; articulações sociais e simbólicas entre Estado/ONG/minorias; antropologia das políticas públicas e ideologias humanitárias relacionadas aos povos autóctones).

Isto também é verdade em termos da construção do objeto onde “a antropologia implicada” induz, aliás, a uma real mudança de enfoque em relação à configuração e à temporalidade dos espaços sociais considerados. A ficção do quadro monográfico e a do presente etnográfico não conseguem ser mantidas face aos novos parâmetros de um “campo” que requer tanto um trabalho dos dois lados da fronteira interétnica como um acompanhamento direto a longo prazo. As sociedades indígenas são, então, simultaneamente apreendidas a partir de sua inclusão hierárquica pelas sociedades nacionais e a partir da lógica social e simbólica de sua autoprodução. A análise se concentra nas redes sociais e nas figuras discursivas entrecruzadas, no âmbito do que se torna um espaço social total: o dispositivo sócio simbólico da interetnicidade. No que diz respeito à temporalidade, passa-se, da mesma forma, do instantâneo da pesquisa monográfica à imagem animada do complexo campo interétnico; passa-se também da arquitetura estrutural de uma sociedade à dinâmica política do trabalho que ela opera sobre si na escrita de sua história. Em suma, sob o efeito desta mudança de olhar, assiste-se a uma

72 Veja o artigo pioneiro de Ramos (1994) sobre a relação entre índios, ONGs e antropólogos no Brasil.

73 A questão dos resultados científicos da intervenção antropológica é tão antiga quanto a própria antropologia aplicada. A busca de um entrelaçamento entre intervenção e investigação para fins heurísticos remonta à década de 1950 com a *action anthropology* de S. Tax nos Estados Unidos (Rubinstein 1986).

real potencialização do saber decorrente da etnografia “clássica” pelo seu engajamento na experiência de implicação social (e não, claro, a uma superação da etnografia em benefício de uma suposta ciência inata do ativismo).

Esse deslocamento das coordenadas do espaço-tempo etnográfico pode, além disso, contribuir positivamente para a desestabilização de nossa concepção teológica de “cultura” (dos outros) ao minar as bases de nosso fetichismo da totalidade e da integridade identitária (Viveiros de Castro 1993: 370-372, 386). “Identidade cultural”, que a antropologia, muitas vezes, reifica como um corpus de regras e de crenças, nas quais as sociedades indígenas supostamente perseveram (resistência), renegam (aculturação) ou cujos vestígios acomodam com uma consciência infeliz, seja ingênua, seja cínica (o “sincretismo” e a “etnicidade” enquanto substitutos culturais e identitários).

A “antropologia implicada” também torna mais visíveis as ordens que se constroem do que as que se desfazem. Escapando do discurso da “cultura-objeto” e da narrativa da entropia, ela afeta os dispositivos estruturantes e o trabalho neológico que essas perspectivas obscurecem (Clifford 1988: 14-15). Menos receptiva à exótica tentação do “grande divisor” (Latour 1991: cap. 4; Lenclud 1992), ela segue o rastro das redes de práticas, dos poderes e discursos onde ocorre, entrelaçando o local com o global, entre “eles” e “nós”, uma dinâmica histórica e simbólica entrecruzada. Situada no seio de processos conflitantes de autoprodução identitária, ela permite, por fim, mensurar melhor o quanto o político (enquanto relação à divisão instituinte dos sujeitos coletivos) é uma dimensão primária do social e ainda mensurar o quanto seu questionamento é essencial para o modo de conhecimento e de aplicação das ciências humanas (Caillé 1993).

Para concluir, portanto, o grande mérito da “antropologia implicada” é, sem dúvida, além da sua óbvia relevância ética e política, contribuir a dissolver a interminável oposição entre antropologia teórica e antropologia aplicada, em benefício da ideia, infinitamente mais atraente e produtiva, de uma investigação antropológica fundamental investida intelectual e socialmente na situação histórica das sociedades que estuda, capaz de mobilizar as suas competências a favor da sua conquista de autodeterminação.

Referências

ALBERT, Bruce. 1993a. “L’or cannibale et la chute du ciel. Une critique chamanique de l’économie politique de la nature”. *L’Homme*, 126-128: 353-382.

ALBERT, Bruce. 1993b “Territorialité, ethnicité, écologisme. A propos des terres indigènes en Amazonie brésilienne”, mimeo.

- ALTHABE, Gérard. 1992. "Conclusion". In: G. Althabe, D. Fabre & G. Lenclud (eds.): *Vers une anthropologie du présent*. Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme. p. 247-257.
- ALTHABE, Gérard. 1993. "Choix et responsabilité en ethnologie". *Journal des anthropologues*, 50-51: 35-37.
- AMIN, Samir. 1993. "1492: la polarisation des mondes". *Cahiers des sciences humaines ORSTOM, Série Trente ans (1963-1992)*: 19-23.
- AMSELLE, Jean-Loup. 1985. "Ethnies et espaces: pour une anthropologie topologique". In: J-L. Amselle (ed.), *Au coeur de l'ethnie. Ethnies, tribalisme et État en Afrique*. Paris, La Découverte. p. 11-48.
- AMSELLE, Jean-Loup. 1991. "Administrateurs, développeurs et ethnologues en France: une mise en perspective historique". *Bulletin de l'APAD*, 1: 17-18.
- AMSELLE, Jean-Loup (ed.). 1979. *Le Sauvage à la mode*. Paris : Le Sycomore.
- AUGÉ, Marc. 1972. "Sous-développement et développement: terrain d'étude et objets d'action en Afrique francophone". *Africa* XLII (3): 205-216.
- BADIOU, Alain. 1993. *L'éthique. Essai sur la conscience du Mal*. Paris: Hatier, "Optiques-philosophie".
- BAINES, Stephen. 1993. "First Impressions from a Brazilian Perspective on the Study of Aboriginal Populations in Australia". *Série Antropologia*, 144. Brasília, Fundação Universidade de Brasília.
- BALANDIER, Georges. 1951. "La situation coloniale: approche théorique". *Cahiers Internationaux de Sociologie*, XI: 44-79.
- BALANDIER, Georges. 1971. *Sens et puissance*. Paris: PUF.
- BALANDIER, Georges. 1977. *Histoire d'autres*. Paris: Stock.
- BARÉ, Jean-François. 1987. "Pour une anthropologie du développement économique". *Études rurales*, 105-106: 267-298.
- BARÉ, Jean-François. 1991. "Acculturation". In: P. Bonte & M. Izard (eds.), *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. Paris: PUF. p. 1-3.
- BASTIDE, Roger. 1971. *Anthropologie appliquée*. Paris: Payot.
- BEALS, Alan R. 1962. *Gopalpur: A South Indian Village*. New York, Holt, Kinehart and Winston.
- BEAUCLERK, John; NARBY, Jeremy & TOWNSEND, Janet. 1988. *Indigenous Peoples. A Fieldguide for Development*. Oxford: OXFAM.

BELLONCLE, Guy. 1993. *Anthropologie appliquée et développement associatif. Trente années d'expérimentation sociale en Afrique sahélienne*. Paris: L'Harmattan.

BENSA, Alban. 1993. « Anthropologie et citoyenneté ». *Journal des anthropologues*, 50-51: 21-24.

BERMAN, Howard R. 1993. "The Development of International Recognition of the Rights of Indigenous Peoples". In: H. Veber et al. (eds.), *Never Drink from the Same Cup*. CDR-IWGIA Documento 74. Copenhagen: IWGIA. p. 313-324.

BIDNEY, David. 1962. "The Concept of Value in Modern Anthropology". In: S. Tax (ed.), *Anthropology Today: Selections*. Chicago: The University of Chicago Press p. 436-453.

BIT (Bureau International du Travail). 1953. *Les populations autochtones. Conditions de vie et de travail des populations autochtones des pays indépendants*. Genebra: Bureau International du Travail.

BODLEY, John H. 1977. "Alternatives to Ethnocide: Human Zoos, Living Museums, and Real People". In: E. Sévilla-Casas (ed.), *Western Expansion and Indigenous People. The Heritage of Las Casas*. La Haye: Mouton (série World Anthropology). p 31-50.

BODLEY, John H. (ed.). 1988. *Tribal Peoples and Development Issues. A Global Overview*. Moutain View: Mayfield Pub. Co.

BONNAFÉ, Pierre et al. 1985. "La pratique sociale de l'anthropologie". *Bulletin de l'Association Française des Anthropologues*, 20: 32-42.

BONNEUIL, Christophe. 1991. *Des savants pour l'Empire. La structuration des recherches scientifiques coloniales au temps de "la mise en valeur des colonies françaises 1917-1945"*. Paris: ORSTOM.

BOURGEOU, André. 1987. "Chercheurs et citoyens: perspectives". In: P. Geschiere & B. Schlemmer (eds.), *Terrains et perspectives: colloque international sur l'anthropologie face aux transformations des sociétés rurales, aux politiques et aux idéologies du développement*. Bulletin de Liaison No 1. Paris: ORSTOM. p. 387-400.

BROKENSHA, David W. 1986. "Applied Anthropology in Britain: Impressions". *Development Anthropology Network. Bulletin of the Institute for Development Anthropology*, 4 (2): 13-15.

BROKENSHA, David W.; WARREN, D. M.; WERNER, Oswald. 1980. *Indigenous Knowledge Systems and Development*. Washington: University Press of America.

BROSTED, Jens & DAHL, Jens (eds). 1985. *Native Power. The Quest of Autonomy and Nationhood of Indigenous Peoples*. Oslo: Universitetsforlaget.

BURGER, Julian. 1987. *Report from the Frontier: The State of the World's Indigenous Peoples*. Londres: Zed Books/Cambridge : Cultural Survival.

CAILLÉ, Alain. 1993. *La démission des clercs. La crise des sciences sociales et l'oubli du politique*. Paris: La Découverte.

- CERNEA, Michael M. 1988. *Non governmental Organizations and Local Development, World Bank Discussion Papers 40*. Washington: The World Bank.
- CHALIFOUX, Jean-Jacques. 1982-83. "Réflexions sur le contexte politique et idéologique de l'anthropologie de l'ethnicité au Québec". *Pluriel*, 32: 53-57.
- CHAUVEAU, Jean-Pierre. 1985. "Mise en valeur coloniale et 'développement'. Perspectives historiques sur deux exemples ouest-africains". In: P. Boiral ; J.-F. Lanteri & J.-P. Olivier de Sardan (eds.), *Paysans, experts et chercheurs en Afrique noire*. Paris: Karthala. p. 143-146.
- CLAD, James. 1984. "Conservation and Indigenous Peoples: A Study of Convergent Interests". *Cultural Survival Quarterly*, 8(4): 68-73.
- CLIFFORD, James. 1987. *Maurice Leenhardt. Personne et mythe en Nouvelle Calédonie*, Paris : Jean Michel Place.
- CLIFFORD, James. 1988. *The Predicament of Culture. Twentieth-Century Ethnography, Literature and Art*. Cambridge: Harvard University Press.
- CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique). 1979. *Situation actuelle et avenir de l'anthropologie en France*. Paris: Éditions du CNRS.
- CONDOMINAS, Georges. 1980. "L'éthique et le confort. Point de vue d'un ethnographe sur sa profession". In: *L'espace social. A propos de l'Asie du Sud-Est*. Paris: Flammarion. p. 97-121.
- CONDOMINAS, Georges. 1992. "La contestation ethnologique". *Cahiers des sciences humaines ORSTOM, Série Trente ans (1963-1992)*: 37-47.
- COPANS, Jean. 1974. *Critiques et politiques de l'anthropologie*. Paris: Maspéro.
- COPANS, Jean. 1991. "Critique politique de l'anthropologie". In: P. Bonte & M. Izard (eds.), *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. Paris: PUF. p. 182-184.
- COPANS, Jean. 1993. "Recapturer l'anthropologie et travailler au temps présent". *Journal des anthropologues*, 50-51: 25-31.
- COPANS, Jean. (ed.). 1975. *Anthropologie et impérialisme*. Paris: Maspéro.
- CROSBY, Alfred W. 1986. *Ecological Imperialism. The Biological Expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge: Cambridge University Press.
- DAES, Erica-Irene A. 1993. *Discrimination à l'encontre des peuples autochtones. Note explicative concernant le projet de déclaration sur les droits des peuples autochtones*, Gênebra: ONU, Conseil économique et social, Commission des droits de l'homme, sous-commission de la lutte contre les mesures discriminatoires et de la protection des minorités (45e session).
- DAVIS, Shelton H. 1988. *Land Rights and Indigenous People*. Cambridge: Cultural Survival.

DAVIS, Shelton H. ed. 1993. *Indigenous Views of Land and the Environment. World Bank Discussion Papers 188*. Washington: The World Bank.

DESCOLA, Philippe. 1981. "From Scattered to Nucleated Settlements: a Process of Socio-economic Change among the Achuar". In: N. Whitten (ed.), *Cultural Transformations and Ethnicity in Modern Ecuador*. Urbana: University of Illinois Press. p. 614-646.

DESCOLA, Philippe & TAYLOR, Anne-Christine. 1993. "Introduction". In: P. Descola & A.-C. Taylor (eds.), *La remontée de l'Amazone. Anthropologie et histoire des sociétés amazoniennes. L'Homme*, 126-128: 13-24.

DOCIP - Indigenous Peoples' centre for Documentation, Recherche and Information. 1981. *Conférence internationale des organisations non gouvernementales sur les populations autochtones et la terre (15-18/9/81)*. Geneva: DOCIP.

DOSTAL, Walter (ed.). 1972. *The Situation of the Indian in South America*. Geneva: World Council of Churches.

DOZON, Jean-Pierre. 1983. "Logique des développeurs, réalité des développés. Bilan d'une expérience rizicole en Côte d'Ivoire". In: P. Couty ; G. Pontié & C. Robineau (eds), *Le développement: idéologies et pratiques. Actes du séminaire interdisciplinaire de l'ORSTOM (1978-1981)*. Paris: ORSTOM. p. 56-63.

DOZON, Jean-Pierre. 1986. "Anthropologie critique du développement. Esquisses anthropologiques — bilan d'une recherche". In: *Histoire, histoires... Premiers jalons, Bulletin de liaison 3*: (département H, ORSTOM). p 55-66.

DOZON, Jean-Pierre. 1991. "Le dilemme connaissance-action : le développement comme champ politique". *Bulletin de l'APAD*, 1: 14-17.

DREYFUS, Simone. 1986. "L'ethnologue, les pouvoirs publics et les industriels français implantés dans le Tiers monde". In: M. Gast & M. Panoff (eds.), *L'accès au terrain en pays étranger et outre-mer*. Paris: L'Harmattan. p. 106-115.

EMBREE, John F. 1945. "Applied Anthropology and its Relationship to Anthropology". *American Anthropologist*, 47 (4): 635-637.

EVANS-PRITCHARD, Edward E. 1969 [1951]. *Anthropologie sociale*. Paris: Payot.

FORDE, Darryl. 1953. "Applied Anthropology in Government: British Africa". In: A. Kroeber (ed.), *Anthropology Today. An Encyclopedic Inventory*. Chicago: Chicago University Press. p. 841-865.

FORTES, Meyer & Evans-Pritchard, Edward E. 1964 [1948]. *Systèmes politiques africains*. Paris: PUF.

GASCHÉ, Jurg. 1993. "Nature, développement et tradition chez les peuples autochtones de l'Amazonie péruvienne". *Techniques et cultures*, 20:1-62.

GAST, Marceau & PANOFF, Michel. (eds.). 1986. *L'accès au terrain en pays étranger et outre-mer*. Paris: L'Harmattan.

GEFFRAY, Christian. 1987. "Compte rendu des débats". In: P. Geschiere & B. Schlemmer (eds.), *Terrains et perspectives: colloque international sur l'anthropologie face aux transformations des sociétés rurales, aux politiques et aux idéologies du développement*. Bulletin de Liaison No 1. Paris: ORSTOM. p. 415-442.

GEFFRAY, Christian. 1993. "Production et reproduction sociales chez les Indiens d'Amazonie". In : *Anthropologie critique et critique de l'anthropologie. Références et révérences à Claude Meillassoux*.

GEFFRAY, Christian. 1994. *Les maîtres hors la Loi. Sur l'exploitation paternaliste au Brésil*. Paris : Karthala.

GLEIZES, Michel. 1985. *Un regard sur l'ORSTOM 1943-1983*. Paris : ORSTOM.

GOODLAND, Robert. 1982. *Tribal Peoples and Economic Development*. Washington: World Bank.

GOUDINEAU, Yves. 1993. "Présentation. Les Cahiers de la trentaine. Entretien avec E. Bernus, J.-L. Boutillier et P. Couty". *Cahiers des sciences humaines de l'ORSTOM*, numéro hors série *Trente ans (1963-1992)*: 5-14.

GRAY, Andrew. 1987. "Indigenous Affairs and Anthropology". In: H. O. Skar & F. Salomon (eds.), *Natives and Neighbors in South America. Anthropological Essays*. Göteborg: Etnografiska Museum. p. 473-488.

GRAY, Andrew. 1991. *Between the Spice of Life and the Melting Pot. Biodiversity Conservation and its Impact on Indigenous People*, IWGIA Document 70. Copenhague: IWGIA.

GRESLE, François et al (eds.). 1990. *Dictionnaire des sciences humaines*. Paris: Nathan.

GROS, Christian. 1989. "Diffusion du savoir anthropologique et action humanitaire". *Bulletin de l'Association française des anthropologues*, 37-38: 97-107.

GRUENAI, Marc-Éric. & LOMBARD, Jacques. 1992. "Recherches scientifiques en partenariat". *Journal des anthropologues*, 46: 11-14.

GUIART, Jean. 1992. "Aventures en recherches sociales appliquées". *Cahiers des sciences humaines de l'ORSTOM*, Série *Trente ans (1963-1992)*: 51-55.

GUICHAOUA, André & GOUSSAULT, Yves. 1993. *Sciences sociales et développement*, Paris: Armand Colin.

GUILLE-ESCURET, Georges. 1990. "Une recherche perdue en son temps : l'ethnologie inappliquée". *L'Homme*, 115: 98-112.

HENRIKSEN, Georg. 1985. "Anthropologists as Advocates: Promoters of Pluralism or Makers of Clients?". In: R. Paine (ed.), *Advocacy and Anthropology, First Encounters*. St John's (Newfoundland): ISER/Memorial University of Newfoundland. p. 119-129.

HERSKOVITS, Melville J. 1936. "Applied Anthropology and the American Anthropologists". *Science*, 83: 215-22.

HERSKOVITS, Melville J. 1938. *Acculturation, the Study of Culture Contact*. New York, J.J. Augustin.

HERSKOVITS, Melville J. 1944. "Native Self-Government". *Foreign Affairs*, 22(3): 413-423.

HERSKOVITS, Melville J. 1967. *Les bases de l'anthropologie culturelle*. Paris: Payot

IZARD, Michel. 1982. "L'anthropologie et les recherches en sciences sociales dans le Tiers monde". In : M. Godelier (ed.), *Les sciences de l'homme et de la société em France. Analyse et propositions pour une politique nouvelle*. Paris: La Documentation Française. p. 121-138.

JACKSON, Jean E. 1984. "The Impact of the State on Small-scale Societies". *Studies in Comparative International Development*, XIX (2) : 3-32.

JAMIN, Jean. 1986. "L'ethnographie mode d'emploi. De quelques rapports de l'ethnologie avec le malaise dans la civilisation". In: J. Hainard & R. Kaehr (eds.), *Le mal et la douleur*. Neuchâtel: Musée d'ethnographie. p. 45-79.

JAULIN, Robert. 1970. *La Paix blanche. Introduction à l'ethnocide*. Paris: Seuil.

JAULIN, Robert (ed.) 1972. *De l'ethnocide*. Paris: UGE.

JAULIN, Robert. 1974. *La Décivilisation, politique et pratique de l'ethnocide*. Bruxelles: Éditions Complexe.

JOHNSTON, Barbara (ed.). 1994. *Who pays the price? The Sociocultural Context of Environmental Crisis*. Washington: Island Press.

JORGENSEN, Joseph & LEE, Richard B. (1974). *The New Native Resistance: Indigenous Peoples Struggles and the Responsibilities of Scholars*. New York: Modular Publications (Module 6). p. 1-40.

KARADY, Victor. 1982. "Le problème de la légitimité dans l'organisation historique de l'ethnologie française". *Revue Française de Sociologie*, XXIII (1): 17-35.

KENNARD, Edward A. & MACGREGOR, Gordon. 1953. "Applied Anthropology in Government: United States". In: A. Kroeber (ed.), *Anthropology Today. An Encyclopedic Inventory*. Chicago: Chicago University Press. p. 832-840.

KUPER, Adam. 1973. *Anthropology and Anthropologists: The Modern British School, 1922-1972*. Londres: Allen Lane.

KUSHNER, Gilbert. 1988. "Powerless People: The Administred Community". In: T.E. & G. Kushner (eds.), *Human Rights and Anthropology*. Downing/Cambridge: Cultural Survival. p. 27-42.

LATOURE, Bruno. 1991. *Nous n'avons jamais été modernes. Essai d'anthropologie symétrique*. Paris: La Découverte.

- LEBEUF, Jean-Paul. 1968. "Ethnologie et coopération technique". In : J. Poirier (dir.) *Encyclopédie de la Pléiade. Ethnologie générale*. Paris : La Pléiade. 494-524.
- LECLERC, Gérard. 1972. *Anthropologie et colonialisme. Essai sur l'histoire de l'africanisme*. Paris: Fayard.
- LECLERC, Gérard. 1983. "Ethnologie, anthropologie et sociologie (Powell, Boas, Durkheim)". *L'ethnographie* 2.
- LEIRIS, Michel. 1950. "L'ethnologue devant le colonialisme". *Les Temps modernes*, 58: 357-374.
- LEIRIS, Michel. 1981. "Préambule". In : *L'Afrique fantôme*. Paris: Gallimard. P. 7-9.
- LENCLUD, Gérard. 1992. "Le grand Partage ou la tentation ethnologique". In : G. Althabe ; D. Fabre & G. Lenclud (eds.), *Vers une ethnologie du présent*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme. p 9-37.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1955. *Tristes tropiques*. Plon: Paris.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1958. *Anthropologie structurale*. Paris: Plon.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1973. *Anthropologie structurale 2*. Paris: Plon.
- LÉVY-BRUHL, Lucien. 1925. "L'Institut d'ethnologie de l'Université de Paris". *Revue d'ethnographie et des traditions populaires*, 23-24.
- MAIR, Lucy P. 1936. *Native Policies in Africa*. Londres: Routledge & Sons.
- MAIR, Lucy P. 1957. *Studies in Applied Anthropology*. Londres: Athlone Press (LSE Monographs 16).
- MAIR, Lucy P. 1972 [1965]. *An Introduction to Social Anthropology*. Oxford: Clarendon
- MAIR, Lucy P. 1984. *Anthropology and Development*. Londres: MacMillan Press.
- MARTIN, Calvin (ed.) 1987. *The American Indian and the Problem of History*. Oxford: Oxford University Press.
- MAUZÉ, Marie. 1986. "L'accès au terrain en milieu nord-amérindien : l'exemple des Kwagul (Kwakiutl) de Cape Mudge (Colombie britannique)". In : M. Gast & M. Panoff (eds.), *L'accès au terrain en pays étranger et outre-mer*. Paris: L'Harmattan. p. 54-58.
- MAYBURY-LEWIS, David. 1985. "A Special Sort of Pleading: Anthropology at the Service of Ethnic Groups". In: R. Paine (ed.), *Anthropology and Advocacy, First Encounters*. St John's (Newfoundland): ISER/Memorial University of Newfoundland. 130-148.
- MÉTRAUX, Alfred. 1951. "UNESCO and Anthropology". *American Anthropologist*, 53 (2): 294-300.

MÉTRAUX, Alfred. 1953. "Applied Anthropology in Government: United Nations". In: A. Kroeber (ed.), *Anthropology Today. An Encyclopedic Inventory*. Chicago: Chicago University Press. p. 880-894.

MÉTRAUX, Alfred. 1961. "Disparition des Indiens dans le Brésil central". *Journal de la Société des américanistes*, tomo L: 251.

MOIZO, Bernard. 1987. "Identité du dehors, identité du dedans. Les aborigènes des Kimberleys". In : P. Geschiere et B. Schlemmer (eds.), *Terrains et perspectives: colloque international sur l'anthropologie face aux transformations des sociétés rurales, aux politiques et aux idéologies du développement*. Bulletin de Liaison No 1. Paris: ORSTOM. p. 315-332.

MORIN, Françoise. 1981. "Minorités, revendications d'identité ethnique, mouvements nationalistes". *Bulletin de l'Association française des anthropologues*, 5, 16-21.

MORIN, Françoise. 1982. "Rapport de l'atelier Minorités, revendications d'identité ethnique, mouvements nationalistes". *Bulletin de l'Association française des anthropologues*, 8: 39-42.

MORIN, Françoise. 1986. "Intervention". In : M. Gast & M. Panoff (eds.), *L'accès au terrain en pays étranger et outre-mer*. Paris: L'Harmattan. p. 140-141.

MORELL, Virginia. 1994. "An Anthropological Culture Shift". *Science*, 264: 20-22.

NARBY, Jeremy & DAVIS, Shelton. 1983. *Resource Development and Indigenous Peoples: A Comparative Bibliography*. Boston: Anthropology Resource Center.

OIT (Organization Internationale du Travail). 1953. *Peuples autochtones : conditions de vie et de travail des peuples autochtones dans les pays indépendants*. Genebra : OIT.

OIT (Organization Internationale du Travail) 1957. *Convention 107. Convention sur la protection et l'intégration des populations indigènes, tribales ou semi-tribales dans les pays indépendants*. Genebra : OIT.

OIT (Organization Internationale du Travail). 1989. *Convention 169. Convention concernant les peuples indigènes et tribaux dans les pays indépendants*. Genebra : OIT.

OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. 1991. "L'anthropologie du changement social et du développement comme ambition théorique". *Bulletin de l'APAD*, 1: 7-11.

ONU (Organisation des Nations Unides). 1993. *Projet de déclaration sur les droits des peuples autochtones*. Genebra : Conseil économique et social, Commission des droits de l'homme, Sous-commission de la lutte contre les mesures discriminatoires et de la protection des minorités (45e session).

PAINE, Robert (ed.). 1985. *Advocacy and Anthropology, First Encounters*. St John's (Newfoundland): ISER/Memorial University of Newfoundland.

PANOFF, Michel & PANOFF, Françoise. 1968. *L'ethnologue et son ombre*. Paris: Payot.

PANOFF, Michel & PERRIN, Michel. 1973. *Dictionnaire de l'ethnologie*. Paris: Payot.

- PERROT, Dominique (ed.). (1991). *La fiction et la feinte. Développement et peuples autochtones. Ethnies 13*. Paris : Survival International France.
- POLGAR, Steven. 1979. "Applied, Action, Radical, and Committed Anthropology". In: R. Hinshaw (ed.), *Currents in Anthropology. Essays in Honor of S. Tax*. La Haye: Mouton. p. 409-418.
- POSEY, Darrell A. 1983. "Indigenous Knowledge and Development: An Ideological Bridge to the Future". *Ciência e Cultura*, 35(7): 877-894.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. 1930. "Applied Anthropology". In: *Report of the Australian and New Zealand Association for the Advancement of Science*. Section F.
- RAMOS, Alcida R. 1990. "Ethnology Brazilian Style". *Cultural Anthropology*, 5(4): 452-57.
- RAMOS, Alcida R. 1994. "The Hyperreal Indian". *Critique of Anthropology*, 14 (2): 153-171.
- RANC, Elisabeth. 1988. "L'anthropologie du développement aux États-Unis: force et promesses d'une nouvelle profession". *Cahiers des sciences humaines de l'ORSTOM*, 24 (4): 453-469.
- REY, Pierre-Philippe. 1991. "L'anthropologie et l'engagement: de la politique à la pratique". *Cahiers du GEMDEV*, 18: 71-83.
- RIVET, Paul. 1940. "L'ethnologie en France". *Bulletin du Museum d'histoire naturelle*, 2e série, tomo XII (1): 38-52.
- RIVIÈRE, Gilles. 1991. "Indigénisme". In: P. Bonte & M. Izard (eds.), *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. Paris: PUF. p. 371-372
- ROSEN, Lawrence. 1977. "The Anthropologist as Expert Witness". *American Anthropologist*, 79(3): 555-578.
- RUBINSTEIN, Robert A. 1986. "Reflections on Action Anthropology: Some Developmental Dynamics of an Anthropological Tradition". *Human Organization*, 45 (3): 270-79.
- RUBINSTEIN, Robert A. 1987. "Anthropology and Advocacy". *Science*, 237: 823.
- SCHIRMER Jennifer; RENTELIN, Alison D. & WISEBERG, Laurie. 1988. "Anthropology and Human Rights: A Selected Bibliography". In: T.E. Downing et G. Kushner (eds.), *Human Rights and Anthropology*. Cambridge: Cultural Survival (*Cultural Survival Report 24*). p. 121-196.
- SCHLEMMER, Bernard. 1992. "A ética da profissão: Da responsabilidade política do cientista a responsabilidade científica do pesquisador — Um itinerário da antropologia francesa". In: A. A. Arantes; G.R. Ruben & G.G. Debert (eds.), *Desenvolvimento e direitos humanos. A responsabilidade do antropólogo*. Campinas: Editora da UNICAMP. p. 137-53.
- SOUSTELLE, Jacques. 1975. *Rapport sur la recherche française en archéologie et en anthropologie*. Paris: La Documentation française.

SPICER, Edward H. 1977. "Early Applications of Anthropology in North America". In: A.F.C. Wallace et al. (eds.), *Perspectives on Anthropology 1976*. Washington: American Anthropological Association. p. 116-141.

STAVENHAGEN, Rodolfo. 1971. "Decolonizing Applied Social Sciences". *Human Organization*, 30 (4): 333-344.

STURTEVANT, William C. (1967). "Urgent Anthropology. The Smithsonian-Wenner-Gren Conference". *Current Anthropology* (8)4: 355-361.

TARDITS, Claude. 1993. "Un ethnologue face aux régimes... de palmes". *Cahiers des sciences humaines de l'ORSTOM, Série Trente ans (1963-1992)*: 105-107.

TAX, Sol. 1952. "Action Anthropology". *America Indígena*, 12: 103-109.

TAX, Sol. 1958. "The Fox Project". *Human Organization*, 17 (1): 17-19.

TAX, Sol. 1975. "Action Anthropology". *Current Anthropology*, 16 (4): 514-517.

TAYLOR, Anne-Christine. 1984. "L'américanisme tropical, une frontière fossile de l'ethnologie?". In: B. Rupp-Eisenreich (ed.), *Histoires de l'anthropologie: XVIe-XIXe siècles*. Paris: Klincksieck. p. 213-233.

TAYLOR, Anne-Christine. 1991. "Ethnie". In: P. Bonte & M. Izard (eds.), *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*, Paris: PUF. p. 242-244.

TURNER, Terence. 1979. "Anthropology and the Politics of Indigenous Peoples' Struggles". *Cambridge Anthropology*, (5)1: 1-43.

TURNER, Terence. 1991. "Representing, Resisting, Rethinking: Historical Transformations of Kayapo Culture and Anthropological Consciousness". In: G.W. Stocking (ed.), *Colonial Situations: Essays on the Contextualization of Ethnographic Knowledge*. Madison: University of Wisconsin Press (*History of Anthropology*, 7). p. 285-313.

UNESCO (Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture). 1982. *Reunión de expertos sobre etnodesarrollo y etnocidio em América Latina. Informe Final*. Paris: UNESCO.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. 1993. "Le marbre et le myrte. De l'inconstance de l'âme sauvage". In: A. Monod Becquelin & A. Molinié (eds.), *Mémoire de la tradition*. Nanterre: Société d'Ethnologie. p. 365-431.

VOGET, Fred W. 1975. *A History of Ethnology*. New York: Holt, Rinehart & Winston.

WAAST, Roland & SCHLEMMER, Bernard. 1992. "Sociologie du développement ou sociologies en coopération?". *L'Année Sociologique*, 42: 139-165.

WEBER Jacques. 1983 [1978]. "Le développement. Concept, doctrine ou idéologie". In: P. Couty ; G. Pontié & C. Robineau (eds.), *Le développement: idéologies et pratiques. Actes du séminaire interdisciplinaire de l'ORSTOM (1978-1981)*. Paris: ORSTOM. p. 7-15.

WILLIAMS, P. 1991. "Ethnies minoritaires. 1. Problèmes anthropologiques". In: P. Bonte & M. Izard (eds.), *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. Paris: PUF. p. 244-246.

WOLF, Eric. 1982. *Europe and the People Without History*. Berkeley: University of California Press.

WRIGHT, Robin. 1988. "Anthropological Presuppositions of Indigenous Advocacy". *Annual Review of Anthropology*, 17: 365-90.

WRIGHT, Susan & SHORE, Cris. 1993. "Anthropology and the Right of Indigenous People". *Anthropology in Action - Revue de British Association for Social Anthropology in Policy and Practice*, 16.

ZEMPLÉNI, Andras. 1984. "Secret et sujétion. Pourquoi ses 'informateurs' parlent-ils à l'ethnologue?". *Traverses*, 30-31: 102-115.

Tradução

Leonardo Viana Braga

Doutorando em Antropologia Social/ Universidade de São Paulo (USP)

<https://orcid.org/0000-0001-6332-5345>

leovianabraga@gmail.com

Carolina Coelho Aragon

Professora Adjunta do Departamento de Língua Portuguesa e Linguística/
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

<https://orcid.org/0000-0001-9459-9939>

carolinac.aragon@gmail.com

Revisão

Dominique Tilkin Gallois

Professora Colaboradora Sênior do Departamento de Antropologia /Universidade
de São Paulo (USP)

<https://orcid.org/0000-0002-9215-9873>

dtgallois@gmail.com

Recebido em 12 de março de 2023.

Aceito em 06 de abril de 2023.